

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

Glenda Jaqueline Rodrigues Vaz dos Santos

**ASSOCIATIVISMO NEGRO:
CLUBE RECREATIVO MUNDO VELHO-MG: RESISTÊNCIA A RACIALIZAÇÃO
NO PÓS-ABOLIÇÃO (1894 – 1955)**

Belo Horizonte

2023

Glenda Jaqueline Rodrigues Vaz dos Santos

**ASSOCIATIVISMO NEGRO:
CLUBE RECREATIVO MUNDO VELHO-MG: RESISTÊNCIA A RACIALIZAÇÃO
NO PÓS-ABOLIÇÃO (1894 – 1955)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Curso de Mestrado em Ciências Sociais.

Linha de Pesquisa: Metrôpoles, Trabalho e Desigualdades

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Carolina Tomás

Belo Horizonte

2023

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

S237a	Santos, Glenda Jaqueline Rodrigues Vaz dos Associativismo negro: Clube Recreativo Mundo Velho-MG: resistência a racialização no pós-abolição (1894 - 1955) / Glenda Jaqueline Rodrigues Vaz dos Santos. Belo Horizonte, 2023. 83 f.: il. Orientadora: Maria Carolina Tomás Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais 1. Negros - Sabará (MG) - História. 2. Negros - Identidade racial. 3. Clubes - Sabará (MG) - História. 4. Cooperativismo. 5. História oral. 6. Brasil - História - Abolição da escravidão - 1888. I. Tomás, Maria Carolina. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.
-------	---

CDU: 301.175

Ficha catalográfica elaborada por Fabiana Marques de Souza e Silva - CRB 6/2086

Glenda Jaqueline Rodrigues Vaz dos Santos

**ASSOCIATIVISMO NEGRO:
CLUBE RECREATIVO MUNDO VELHO-MG: RESISTÊNCIA A RACIALIZAÇÃO
NO PÓS-ABOLIÇÃO (1894 – 1955)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Curso de Mestrado em Ciências Sociais.

Linha de Pesquisa: Metrôpoles, Trabalho e Desigualdades

Prof.^a Dr.^a Maria Carolina Tomás - PUC Minas (Orientadora)

Profa. Karina Junqueira Barbosa - PUC Minas (Banca examinadora)

Profa. Vitoria Regia Izau - UEMG (Banca examinadora)

Belo Horizonte, 28 de agosto de 2023

AGRADECIMENTOS

A Deus

A memória dos meus ancestrais

À minha família.

À Dr^o Elbert Agostinho, meu amigo fiel,

À Prof.^a Maria Carolina Tomás, minha orientadora, pelos ensinamentos, pela confiança

À Prof^a Karina Junqueira Barbosa, pelas contribuições no Exame de Qualificação. A Marlon Marcelo, pela bela dissertação que me orientou durante toda a caminhada

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, que contribuíram com esse trabalho através de seus ensinamentos.

À CAPES pela bolsa que auxiliou sobremaneira o desenvolvimento da pesquisa. Aos meus entrevistados, pela confiança, disponibilidade e generosidade com que me receberam

À Senhora Sandra Talabar, pela confiança e apoio no desenvolvimento desta pesquisa. Agradeço pela convivência e aprendizado com os colegas de mestrado.

Agradeço a todos que, de alguma forma, contribuíram ou me deram força para que esta pesquisa se concretizasse

Pretos e Pretas Velhas, que me guiam e protegem aonde vou. Obrigada a todos os Orixás!

RESUMO

Tendo como ponto de análise o que entendemos como Associativismo Negro, e todas as suas atribuições plurais, observamos a importância de revisitar outros contornos que dê conta dessa pluralidade, a partir disso, nos debruçaremos sobre a temática Clubes Sociais Negros. Esse artigo é intitulado — Ubuntu: Associativismo negro como ponto de articulação do Clube recreativo mundo velho — Sabará/MG (1894 – 1937). Discute os Clubes Sociais Negros — organizações recreativas, políticas e beneficentes — Como uma das várias formas de manifestação e práticas associativas — Forma de organização político-social, e de recreação que surge como movimento de resistência e para suprir a exclusão no pós-abolição, esse período ficou marcado pelo fortalecimento da discriminação racial e do racismo — chamados à época de preconceito de cor” ou “ódio de raça”. A partir de leituras feitas até o momento, observamos que o associativismo negro se configura como perspectiva relevante para a compreensão da constituição dos Clubes Sociais Negros, por acreditar existir configurações específicas no interior de associações negras, que remetem a projeção de resistência contra um sistema hegemônico que alimenta práticas racistas. Propomos investigar o associativismo negro — a partir da trajetória da Recreação e Salvaguarda da Cultura Afrodescendente, ou, Clube Social Negro — Mundo Velho — Sabará/MG — uma das sociedades recreativas mais antigas do Brasil, o Clube Mundo Velho, fundada logo após abolição da escravatura no final do século XIX, por ex-escravizados e seus descendentes como uma opção de lazer e cultura para a comunidade negra, a partir da necessidade de construir sua identidade — um espaço popular e também político que visava à construção de projetos de sociedade e de nação pautados no combate ao racismo, na igualdade racial e na plena cidadania. Desenvolver uma análise sobre sua trajetória valorizou a relação entre o espaço e a cultura local dos atores participantes, a partir do enfoque do associativismo existente — Identificou as circunstâncias históricas, políticas, econômicas e sociais, do seu surgimento, 1894, até o ano de 1937. O período é escolhido propositalmente, por acreditar ainda existir no imaginário da sociedade brasileira que os “movimentos dos negros”, (Movimento Negro) surge a partir da década de 1930, quando irrompe a Frente negra Brasileira, — Organização, que existiu entre 1930 e 1937, chegou a contar com mais de 60.000 filiados — Mas, de acordo com a pesquisa feita, já havia uma mobilização racial bem antes deste período, ou seja, o associativismo negro não se restringiu apenas a partir da década de 30, ele já estava posto mesmo antes da abolição.

Palavras-chave: associativismo negro; clube social negro; resistência; Sabará.

RESUMEN

Tomando como punto de análisis lo que entendemos como Asociativismo Negro, y todas sus atribuciones plurales, observamos la importancia de revisitar otros contornos que den cuenta de esta pluralidad, a partir de esto, nos centraremos en el tema Clubes Sociales Negros. Este artículo se titula — Ubuntu: Las asociaciones negras como punto de articulación del Clube Recreativo Mundo Velho — Sabará/MG (1894 – 1832). Analiza los clubes sociales negros (organizaciones recreativas, políticas y caritativas) como una de las diversas formas de manifestación y prácticas asociativas — Forma de organización y recreación político-social que surgió como movimiento de resistencia y para superar la exclusión post-abolición, este período estuvo marcado por el fortalecimiento de la discriminación racial y el racismo -llamado en su momento "prejuicio de color" u "odio" de color-. carrera". De las lecturas realizadas hasta el momento, observamos que las asociaciones negras son una perspectiva relevante para comprender la constitución de los Clubes Sociales Negros, pues creemos que existen configuraciones específicas dentro de las asociaciones negras, que se refieren a la proyección de la resistencia contra un sistema hegemónico que alimenta el racismo. practicas. Proponemos investigar las asociaciones negras —basadas en la trayectoria de Recreación y Salvaguardia de la Cultura Afrodescendiente, o Clube Social Negro — Mundo Velho — Sabará/MG — una de las sociedades recreativas más antiguas de Brasil, Clube Mundo Velho, fundada poco después da abolición de la esclavitud a finales del siglo XIX, por parte de los antiguos esclavos y sus descendientes como una opción láser y cultural para la comunidad negra, basada en la necesidad de construir su identidad, un espacio popular y también político que apuntaba a la construcción de proyectos de sociedad. y nación basada en la lucha contra el racismo, la igualdad racial y la ciudadanía plena. Desarrollar un análisis de su trayectoria valoró la relación entre el espacio y la cultura local de los actores participantes, a partir del enfoque de asociaciones existentes — Identificó las circunstancias históricas, políticas, económicas y sociales, desde su surgimiento, 1894, hasta el año 1931. El período fue elegido intencionalmente, ya que se cree que los “movimientos negros”, (Movimiento Negro) todavía existen en el imaginario de la sociedad brasileña, a partir de la década de 1931, cuando surgió el Frente Negro Brasileño, organización que existió entre 1931 y 1931. y 1937, tenía más de 60.000 miembros — Pero, según la investigación realizada, ya había una movilización racial mucho antes de este período, es decir, las asociaciones negras no fueron restringidas sólo a partir de los años 1930, ya estaban en vigor incluso antes de la abolición.

Palabras-clave: asociaciones negras; club social negro; resistencia; Sabará

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Oliveira Silveira - idealizador do dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra - Conceito: Clubes Social Negro	27
Figura 2 - Garimpagem no Rio Sabará em Sabará (MG) – 1956	28
Figura 3 - Sandra Talabar, Porta-bandeira (1970)	38
Figura 4 - Sandra Talabar, Princesa da Primavera (1970)	38
Figura 5 - Cristina Talabar	38
Figura 6 - Carlos Talabar	39
Figura 7 - Da esquerda para a direita: Romildo Lopes, Maria Alice, Sandra Talabar, Glacia Evangelista, Cristina Talabar e Waldir Talabar.....	39
Figura 8 - Três filhos Waldir Talabar - Sandra, Cristina e Carlos Talabar	40
Figura 9 – Ata da Assembleia Geral do Clube Mundo Velho	42
Figura 10 - Da esquerda para direita 5º- Waldir Talabar.....	42
Figura 11 - Da direita para esquerda, 4º - Waldir Talabar.....	43
Figura 12 - Sandra Talabar: Porta Estandarte 1970	44
Figura 13 - Registro Batizado: José Sabino Pereira Vieira	50
Figura 14 - Registro Batizado: Zacarias.....	50
Figura 15 - Placa de Fundação - Clube Mundo Velho	54
Figura 16 - Hino - Clube Mundo Velho - Letra: O. Blasina - Maestro: Villela	54
Figura 17 - Entrada Atual Sede Mundo Velho	54
Figura 18 - Primeiro presidente Clube Mundo Velho: José de: Paula Pertence – 1ª Diretoria Clube Mundo Velho.....	55
Figura 19 - Antônio Basílio Pereira-1ªDiretoria Clube Mundo Velho	55
Figura 20 - Francisco Ramos – 1ª.....	55
Figura 21 - Augusto Crispiniano Pereira – 1ª Diretoria Clube Mundo Velho.....	56
Figura 22 - Francisco Rosa Viterbo 1ª Diretoria Clube Mundo Velho	56
Figura 23 - João Chrysostomo Pereira – 1ª Diretoria Clube Mundo Velho	56
Figura 24 - Luiz Candido Pereira – 1ª	56
Figura 25 - Sócios do Clube José do Patrocínio. Acervo O acadêmico. 1906	57
Figura 26 - Casarão alugado, anos iniciais do Clube Mundo Velho.....	58
Figura 27 - Primeiro Ano - Desfile Bloco Mundo Velho (1894)	59
Figura 28 - Desfile Bloco Mundo Velho.....	60
Figura 29 - Desfile Bloco Mundo Velho.....	60
Figura 30 - Desfile Bloco Mundo Velho.....	61
Figura 31 - Vista da Companhia Siderúrgica Mineira	62
Figura 32 - Coreto do Clube Mundo Velho.....	63
Figura 33 - Ata de Assembleias Gerais- Clube Mundo Velho.....	64
Figura 34 - Olyntho Matheus (ao centro) - 1940	66
Figura 35 - Coroação da segunda Rainha da Primavera, 1938.....	66
Figura 36 - Coroação, rainha e princesas da primavera.....	67
Figura 37 - Coroação, rainha e princesas da primavera.....	67
Figura 38 - Olyntho Matheus Pereira (1955)	68
Figura 39 - Livro de atas, anexo datilografado de 5 de jul. 1936.....	68

Figura 40 - Ata Assembleia: Olyntho Matheus Pereira - presidente Clube Mundo Velho (1955)	69
Figura 41 - Ata Assembleia: Olyntho Matheus Pereira - presidente Clube Mundo Velho (1955)	69
Figura 42 - Fachada Atual - Clube Mundo Velho	70
Figura 43 - Entrada Atual-Clube Mundo Velho	70
Figura 44 - Escudo -Clube Mundo Velho.....	71
Figura 45 - Aviso aos sócios - 2023-Clube Mundo Velho	72

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	O ASSOCIATIVISMO NEGRO E SUAS EXPRESSÕES NO PÓS-ABOLIÇÃO: CAMPO TEÓRICO	17
2.1	Pós-Abolição - Teorias e Segregação	21
2.2	Pós-Abolição: Assimilação e Branqueamento como estratégia para o alcance da Plena Cidadania	24
2.3	Clubes Sociais Negros: Espaço de Sociabilidade e Resistência	26
3	METODOLOGIA: HISTÓRIA ORAL - CLUBE MUNDO VELHO LUGAR DE MEMÓRIAS	31
3.1	A Memória Oral e Documentada	35
3.2	Memórias e Oralidades: Família Talabar	40
4	ECOS DAS MEMÓRIAS: O ASSOCIATIVISMO NEGRO EM SABARÁ.....	45
4.1	Clube Mundo Velho - Redes de Sociabilidade e Compadrio.....	48
4.2	Carnaval: Uma Forma se Sociabilidade negra no Pós-Abolição	58
4.3	Companhia Siderúrgica Mineira em Sabará (1917): Manutenção de poder - Patronagem	61
4.4	Associativismo Negro: A Recriação de Identidades Negras - No pós-Abolição....	64
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	74
	REFERÊNCIAS	77

1 INTRODUÇÃO

Uma sociedade sustentada pelos pilares do respeito e da solidariedade faz parte da essência de Ubuntu, filosofia africana que trata da importância das alianças e do relacionamento das pessoas, umas com as outras. Na tentativa de tradução para o português, Ubuntu seria “humanidade para com os outros. Uma pessoa com Ubuntu tem consciência de que é afetada quando seus semelhantes são diminuídos, oprimidos. — De Ubuntu, as pessoas devem saber que o mundo não é uma ilha: Eu sou porque nós somos. (Portal Geledés, 2016).

Um é todo, e todo é um, essa reflexão afrofilosófica é o que nos guia nessa viagem que desejamos propor, em que se associar com os seus é resistir e se sobrepôr a sistemas que destroem nossos corpos e mentes. Observar Ubuntu como bússola para iniciarmos essa trajetória é verificar a importância de minhas raízes, mulher negra ativista, descendente de negras e negros que foram escravizados, e, raízes estás, ando descobrindo gradualmente, como um processo de ressurgirmos entre os ecos de nossos ancestrais.

Michael Hardt e Antônio Negri (2001), nos apresentam no livro IMPÉRIO, um repertório teórico para sustentarmos metodológica e epistemologicamente o existir Ubuntu, ou seja, “eu sou porque nós somos”, e “se somos...” Somos movimentos, somos associativismos, somos lutas, somos resistências, somos comuns. O comum, segundo os autores, é o Ubuntu, uma relação social de interdependência, que têm a igualdade como princípio material. No conceito de comum, como na filosofia Ubuntu, a igualdade é condição, portanto, não há constituição do comum sem aberturas às singularidades, reconhecimento material de sua importância e potencialização de suas capacidades criativas.

Uma política de constituição do Comum é a afirmação da ética Ubuntu por meio da afirmação da igualdade contra o privilégio da multiplicidade contra a uniformidade, do respeito contra o preconceito, da inclusão contra a exclusão e da criação de meios que assegurem “humanidade” para os muitos de uma coletividade e, objetivamente, acesso aos direitos definidos como “humanos”. (Negri; Hardt, 2001)

Neste trabalho trato sobre a constituição do comum por meio do Associativismo Negro, constituído por movimentos em que a raça e a identidade racial foram utilizadas como elementos de mobilização, mediação e reivindicações de políticas, em particular, os problemas provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizavam no mercado de trabalho, no sistema político, cultural, educacional e social em todo o País no período pós-abolição.

Propor um movimento em escritas sobre Associativismo Negro pode ser uma tarefa ambiciosa, no entanto, a urgência de contar histórias, que foram silenciadas e/ou invisibilizadas,

permite tal devaneio. Logo, nesta pesquisa, apresento os resultados de um estudo que teve em vista entender a história do Associativismo Negro a partir do Clube Social Negro - Mundo Velho, em Minas Gerais.

O interesse em estudar o Clube Social Negro em Minas Gerais surge a partir da minha trajetória como mulher negra, ativista, descendente de uma população que foi escravizada. Nascida em um bairro de periferia próximo ao centro histórico do município de Sabará, fui criada envolta às histórias de bailes e de lutas contadas pelos mais velhos sobre um dos clubes sociais negros mais antigos do Brasil, o Clube Mundo Velho. Analisamos o movimento associativo negro, em consenso com produções acadêmicas, em que pesquisadores negros e não negros vêm se dedicando a evidenciar as várias formas de participação e protagonismo da população negra no pós-abolição. Portanto, esta pesquisa tem por objetivo investigar os processos e estratégias adotados por essa população nos anos do imediato pós-abolição, o período escolhido conta da fundação do Clube 1894 até as primeiras décadas do século XX.

Espaços associativos negros espalhados por todo o País ainda no final do século XIX representavam as diversas formas de agenciamento da comunidade negra, manifestações de resistência, que englobaria uma série de atividades coletivas, seja ela política, social ou econômica, de pessoas escravizadas que, segundo o professor Mário Medeiros da Silva:

Estão presentes no período colonial, imperial e republicano as irmandades leigas católicas (desde o século XVIII, como as de Boa Morte, do Rosário dos Homens Pretos, de São Benedito, etc.), a imprensa negra (desde o século XIX); clubes e sociedades beneficentes, recreativos, protetivos negros (criados em meados do século XIX) na Bahia, em Pernambuco, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, etc., além dos mais conhecidos como espaços de religiosidade de origem africana, encontrados no candomblé (desde o século XIX em São Paulo, segundo Prandi, 1991). Tais associações figuram na paisagem social organizando redes de solidariedade e troca de ideias, acompanhando a luta por direitos, antirracista e antidiscriminatória. (Silva, 2021).

Com intuito de contribuir para a construção de uma narrativa que eleve a história de luta da população negra em Minas Gerais, propus-me a analisar a trajetória do Clube Social Negro - Mundo Velho, Sabará/MG, considerando as formas de sua emergência, 1894, suas experiências e dinâmicas, de modo a registrar suas memórias. Por termos poucas informações a respeito dos anos que sucederam à data da fundação do clube, apenas que ele começou suas atividades em no carnaval e que as primeiras diretorias eram compostas por pessoas notórias de Sabará, comprometemo-nos, portanto, a analisar o associativismo negro no Clube Mundo Velho a partir da década de 1930, período com maior número de registros.

O trabalho sustenta-se em investigações que passaram a ser produzidas a partir da década de 1980 e ampliaram as análises para as memórias, o cotidiano, costumes, resistências, solidariedades e experiências culturais e sociais de vida das populações negras após à abolição da escravatura. Sobre este nos antecede Stuart Hall (2001, p. 13-14, 147-159,) ao perguntar: Que negro é esse na cultura popular negra? Nesse sentido, nosso inquérito gira em torno de: Qual a cor do Clube Social Mundo Velho? Quais fatores colaboraram para a sua formação e posterior consolidação?

Para responder a essa pergunta, nossa fundamentação metodológica baseia-se na história oral, pois, para nós, é de suma importância os relatos de pessoas que, de alguma maneira, se relacionaram com o Clube Social Mundo Velho. Captar essas entrevistas é parte do fazer metodológico que desenvolvemos, a partir da história oral e de seus conceitos analisamos as entrevistas, criando uma estrutura entre vivências e referências bibliográficas.

O trabalho compromete-se a pesquisar o Associativismo do Negro brasileiro como forma derivada das condições que negros e negras estiveram sujeitos no pós-abolição, não considerando as diversas formas associativas que já pudessem existir prévias a esse período. Conferindo agência **protagonista** para ações sociais e políticas efetuadas por estes e seus sucessores em relação aos problemas derivados de ações dos brancos, seja caracterizado como espírito associativo do negro condicionado à escravidão, como afirma Artur Ramos (1938), seja como uma condição do grupo subjugado, como uma forma de se organizarem contra as condições que estiveram sujeitos, conferindo seu protagonismo, o que aqui denominamos por “**Reativo**”.

O material foi produzido por anotações de campo e fotos, a principal técnica de pesquisa utilizada foi a entrevista semiestruturada realizada com a atual gestora. Outras fontes de dados são atas, regimentos, estatutos, o que nos permite identificar as circunstâncias históricas que segregaram e recusaram a integração dos negros em seus espaços de não negros e as estratégias políticas utilizadas pela população negra, do surgimento do Clube Social Negro — Mundo Velho — Sabará/MG - (1894/1955).

Ainda no período colonial, locais onde se concentravam polos de compra e venda de pessoas escravizadas como o Rio de Janeiro, Salvador e Recife, ou regiões para onde foi levada a grande maioria dos escravizados, como Minas Gerais, foi percebida uma das primeiras formas que se tem registro de associações organizadas da população negra no País, que resistiam por meio de rebeliões, fugas, organização de quilombos, compra de alforria. Essas medidas seguiram ganhando forças no período pós-colonial por meio de clubes, associações beneficentes, centros cívicos e grêmios literários criados pelos negros no período da Primeira

República, como afirma professor e historiador Petrônio Domingues (2014).

Entendemos os movimentos associativos dos negros como a soma das variadas formas associativas de pessoas escravizadas, ainda no período colonial, surgem a partir da urgência de lutarem por sobrevivência a todas as práticas de dominação e desumanização. Estes movimentos se articulavam entre sobreviver e viver, negociando com uma sociedade racista que cogita tirar nossas vidas, quiçá arrancar nossos sonhos. O historiador, romancista e intelectual Joel Rufino dos Santos assim os conceituam:

[...] todas as entidades, de qualquer natureza, e todas as ações, de qualquer tempo [aí compreendidas mesmo aquelas que visavam à autodefesa física e cultural do negro], fundadas e promovidas por pretos e negros [...]. Entidades religiosas [como terreiros de candomblé, por exemplo], assistenciais [como as confrarias coloniais], recreativas [como “clubes de negros”];, artísticas [como os inúmeros grupos de dança, capoeira, teatro, poesia], culturais [como os diversos “centros de pesquisa”]; e políticas [como o Movimento Negro Unificado]; e ações de mobilização política, de protesto antidiscriminatório, de aquilombamento, de rebeldia armada, de movimentos artísticos, literários e “folclóricos” toda essa complexa dinâmica, ostensiva ou encoberta, extemporânea ou cotidiana, constitui movimento negro. (Santos, 1994, p. 157).

É de nosso conhecimento que a abolição no Brasil não foi um instante de reparação ou de inclusão da população negra, pelo contrário, ela não acabou com os problemas dos negros, pois a estes foi negado acesso a direitos básicos, como terra, educação, cultura, religiosidade, ou seja, a sociedade brasileira se formou sob marcas profundas e segregadoras deixadas pela colonização. Segundo o historiador Boris Fausto (2013), o pós-abolição foi um período fortemente marcado pelo preconceito e pela discriminação racial;

[...] a abolição da escravidão não eliminou o problema do negro. A opção pelo trabalhador imigrante, nas áreas regionais mais dinâmicas da economia, e as escassas oportunidades abertas ao ex-escravo, em outras áreas, resultaram em uma profunda desigualdade social da população negra. Fruto em parte do preconceito, essa desigualdade acabou por reforçar o próprio preconceito contra o negro. Sobretudo nas regiões de forte imigração, ele foi considerado um ser inferior, perigoso, vadio e propenso ao crime; mas útil quando subserviente. (Fausto, 2013, p. 169).

Portanto, esse fenômeno chamado associativismo engloba uma série de manifestações coletivas, associações que valorizam os membros de sua comunidade, a partir de criação de jornais, clubes sociais, escolas, apoio à religiosidade e várias outras manifestações, atuando a partir das regras permitidas da época, o que para as professoras e historiadoras, Lucia Helena Oliveira Silva e Regina Célia Lima Xavier (2019), seria a capacidade dos africanos em estabelecerem laços de solidariedade entre si;

Certamente, no Brasil, os libertos, ao traçar planos, contavam com acionamento de redes de amizade e solidariedade. Eles se somaram a inúmeros indivíduos negros libertos ou livres e reforçaram a construção de outras agendas, inclusive a partir do aprendizado de lutas do período anterior, na busca de direitos sociais. A construção de laços de apoio sempre foi constante na vida dos escravizados e agora mais do que nunca se mostrava muito importante para se obter condições igualitárias na vida em sociedade. A construção dessas relações frutificou na construção de entidades de apoio e fazem parte de uma complexa tessitura que chamamos associativismo. (Silva; Xavier, 2019, p.15)

A maioria das associações negras em Minas Gerais foi fundada por ex-escravizados e seus descendentes no século XX, momento posterior à abolição da escravidão no Brasil. “Esse período ficou conhecido como pós-abolição, marcado pelo fortalecimento da discriminação racial e do racismo — chamados à época de preconceito de cor” ou “ódio de raça” (Ribeiro, 2016).

O processo de luta e resistência negra, após a abolição, ganhou novos contornos. A nova situação dos negros não foi aceita imediatamente pela sociedade brasileira. Libertos por força de lei, não tiveram garantia dos mesmos direitos de fato, e todas as oportunidades foram dadas aos brancos, sobretudo aos das camadas mais ricas do país. (Munanga; Gomes, 2006).

Uma das expressões do Associativismo Negro, os Clubes sociais negros, estão presentes na sociedade brasileira desde o século XIX. Tiveram seu conceito construído em 2008, durante um encontro em Brasília, com integrantes da Comissão Nacional de Clubes Sociais Negros do Brasil, dos Estados do Rio Grande do Sul (RS), Santa Catarina (SC), São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ) e Minas Gerais (MG). Surgem a partir da necessidade de a população negra recém-liberta construir sua cidadania, uma opção de lazer e cultura, em um período fortemente marcado pelo preconceito e discriminação racial, no qual o processo de racialidade avançava rapidamente e impedia o acesso a espaços frequentados por pessoas não negras.

Os clubes sociais negros são espaços associativos do grupo étnico afro-brasileiro, originários da necessidade de convívio social do grupo, voluntariamente constituído e com caráter beneficente, recreativo, cultural, desenvolvendo atividades num espaço físico próprio (Escobar, 2010).

Os primeiros anos após abolição, marcados pela passagem do escravismo para a sociedade capitalista, trouxeram grandes mudanças nas relações raciais e sociais entre negros e brancos. A relação com lugar definido, onde os brancos ocupavam os lugares de senhores e proprietários de escravos, em tese deixará de existir e, em seu lugar, emerge a imagem de homens livres. A relação de proprietário e “objeto” abre espaço a uma relação entre homem livre e empregador, o que, em tese, possibilitaria que negros e brancos dividissem os mesmos

espaços de convivência e sociabilidade.

Porém, não foi bem assim que se deu, o que de fato ocorreu foi uma negação de direitos, exclusão e segregação. Esse período foi marcado pelo fortalecimento da discriminação racial e do racismo, segundo Ribeiro, ficou conhecido como uma época de preconceito de cor” ou “ódio de raça” (Ribeiro, 2021). Negros e negras eram alvos de discriminação e ficavam limitados e impedidos de frequentar espaços de recreação e sociabilidade frequentados por brancos e vislumbrando avançar e reagir a essa condição foram criadas inúmeras sociedades bailantes. Segundo Domingues, estas já existiam desde antes do término da escravidão: “Antes mesmo do desfecho da escravidão, os negros tinham as suas sociedades dançantes e beneficentes”. Com a abolição, elas se reorganizaram e adquiriram um novo caráter, algumas foram extintas e outras foram criadas. (Domingues, 2011)

A partir de estratégias e negociações entre ex-escravizados, seus descendentes e uma parcela da elite branca sabarense, surge o Clube Mundo Velho. Considerado uma das sociedades recreativas mais antigas do Brasil, sua origem foi em um arraial de bandeirantes em Sabará (MG), logo após a abolição da escravatura, no final do século XIX, em 2 março de 1894. A trajetória do Clube Mundo Velho ainda é pouco conhecida apesar de ter tido uma ativa participação no período do pós-abolição, em que a segregação racial foi firmemente imposta pela sociedade brasileira, negando a existência de pessoas negras.

Cabe ressaltar que o Clube se diferenciava de alguns outros Clubes existentes no período pós-abolição, apesar de oferecer bailes, promover festas carnavalescas e disponibilizar aos seus sócios serviços de beneficência ou auxílio mútuo para associados que estivessem passando por necessidades financeiras, em casos de doença, acidente de trabalho, invalidez, velhice, prisão e morte (Ribeiro, 2021). O clube não fora fundado por negros, e sim por brancos. Para tal compreensão desenvolvemos alguns capítulos, são eles:

Primeiro capítulo, O Associativismo Negro e suas Expressões no Pós-Abolição, identifica as circunstâncias históricas, políticas, econômicas e sociais, da emergência das variadas formas associativas, assim como o clube Social Mundo Velho, na cidade de Sabará. No segundo capítulo, apresento e justifico a metodologia dos procedimentos utilizados no desenvolvimento da pesquisa, os quais serão amparados pela história oral, pesquisa qualitativa, entrevista e bibliográfica, intitulado - Metodologia: História Oral -Clube Mundo Velho Lugar de Memórias

No terceiro capítulo - Ecos das Memórias: Vozes Negras de Sabará, analisaremos como se configuraram as redes afetivas, familiares e de sociabilidade do Clube Mundo Velho, a partir das entrevistas e análises. Uma busca de memórias que destacassem na sociedade brasileira e,

principalmente, na população afrodescendente os meios de sobrevivência criados por seus ancestrais, por meio de estratégias e sucessivas reinvenções de modos de vida. Dando ênfase à produção de conhecimento que tratasse memórias a despeito do período pós-abolição, período em que foram impostas relações econômicas, políticas, culturais e sociais no País, um processo de europeização, como sinaliza (Batista, 2015). Cada um dos capítulos trará pequenos relatos de campo, registrados pelo meu olhar sobre as configurações existentes no clube, que nortearão a reflexão do tema tratado.

2 O ASSOCIATIVISMO NEGRO E SUAS EXPRESSÕES NO PÓS-ABOLIÇÃO: CAMPO TEÓRICO

A ideia de associar interesses comuns a partir de iniciativas de cooperação é bastante antiga e está presente em muitas áreas das atividades humanas, principalmente em condições que visam contribuir para o equilíbrio e a estabilidade social, logo, o associativismo seria um conjunto das várias formas de cooperativismo, com outras formas de união de pessoas para a busca em conjunto de solução para problemas comum, (Varella; Platiau, 2003). Segundo Farah e Tomás:

Uma associação voluntária consiste em um grupo formal e livremente constituído; organizada por indivíduos ligados entre si por procedimentos, rotinas e sanções compartilhadas; e que busca promover algum interesse comum a todos os membros. As associações diferem amplamente uma das outras quanto ao grau de envolvimento pessoal que requerem dos seus participantes e também quanto à especificidade das metas a atingir. (Farah; Tomás, 2004)

As associações assumem papel de representação que cumprem funções democráticas por serem autônomas, portarem uma identidade e participarem ativamente da vida social, assim salienta a Lüchmann;

As associações, de diferentes tamanhos, objetivos e formatos, assumem, em boa medida, papel de representação – seja como representantes da população de onde estão inseridas, como no caso das associações comunitárias e/ou de moradores; seja de causas e temas que recobrem setores e espectros mais amplos, como as associações feministas, de negros, ambientalistas, etc.; ou as que defendem os interesses dos seus associados, como clubes e sindicatos; e, ainda, as que dizem representar as pessoas carentes e excluídas, como as entidades assistenciais e filantrópicas, (Lüchmann, 2011, p. 117).

Para além de entender o associativismo da população negra na perspectiva da escravização, que é, sem dúvida, uma perspectiva significativa e importante na história do Brasil, esta pesquisa visa analisar o associativismo da população negra como atores políticos e sociais, que, para conquistar sua cidadania, atuaram fortemente no pós-abolição. Ter um olhar sobre a presença dessa população é retirar a invisibilidade que se tem, é falar que existe uma história não contada com toda sua subjetividade e potencialidade e precisamos recuperar essas memórias.

O negro, embora escravizado, também entrou no caldeamento racial, daqueles primitivos tempos. Prestando desta arte o seu concurso valioso a formação desta grande nacionalidade brasileira. [...] Herdeiros que somos dessa raça titânica; dessa raça heroica, que nunca foi menosprezada no seu crédito fecundante; não podemos

quedar calados neste grande momento, sem recordarmos os feitos dos nossos antecessores. Para podermos avançar com o mesmo vigor na evolução assombradora da nossa querida pátria, é necessário que saibamos demonstrar o quanto somos dignos do convívio social, nos tempos modernos. (A Voz [...], 1927, p. 12).

Uma das primeiras expressões do associativismo negro no Brasil, formadas desde o período colonial, as Irmandades funcionavam de forma relativamente autônoma como sociedades de ajuda mútua, (re)construindo identidades sociais, muitas vezes desarticuladas por conta da escravidão. Estas instituições foram uma das respostas mais significativas para a rede de problemas enfrentados pela população negra. Segundo João Reis; “as irmandades representavam espaços de relativa autonomia negra, no qual seus membros construíam identidades sociais significativas, no interior de um mundo às vezes sufocante e sempre incerto” (Reis, 1996, p. 9).

Após a abolição, o associativismo negro deixa de se articular em torno das irmandades formadas desde o período colonial, para se organizar em sociedades de assistência mútua, educativa, recreativa ou de religião afro-brasileira. Moraes (2019), em seu artigo: “A República e as festas da abolição — Resistência e liberdade no pós-abolição”, arrazoa que:

Ao findar a escravidão, essas irmandades negras perderam sua função de proteção ao irmão escravo, mas continuaram tendo um papel ativo entre a população liberta da capital federal, permanecendo como um ambiente de sociabilidade e solidariedade negras, além de cumprirem papel político na promoção de festas que celebravam os símbolos negros. (Moraes, 2019).

O Associativismo Negro, segundo Ribeiro, trata-se de um termo formulado pelos estudiosos das experiências negras no pós-abolição, ou seja, o termo foi traçado posteriormente às experiências desses sujeitos como um conceito capaz de contemplar as trajetórias de espaços associativos negros surgidos no final do século XIX e no pós-abolição (Ribeiro, 2016).

É entendido como um conjunto de práticas concernentes ao costume de se associar e de certificar, ou legitimar, formas de sociabilidade variadas difundidas entre os diversos estratos da população negra, sua definição é elástica e está ligada a determinantes, como o tempo e o espaço. Para o historiador Mario Madeiros da Silva, o associativismo negro representa as diversas formas de agenciamento da comunidade negra, atua nas regras permitidas por cada época e pode englobar uma série de atividades coletivas como as irmandades, a criação de jornais, clubes sociais, escolas, apoio à religiosidade e várias outras manifestações que valorizam os membros de sua comunidade, Silva o conceitua como sendo:

Os sentidos do querer e fazer coletivo de homens e mulheres de frações sociais do grupo étnico negro (essa construção política e histórica), organizados sob uma atividade ou entidade no espaço público, voltados para os interesses do grupo que procuram representar, em grande medida, reivindicativos de direitos de cidadania e respeitabilidade da diferença social de existência. (Silva, 2021).

Estas atividades, além do objetivo de satisfazer as necessidades sociais, econômicas, culturais, religiosas e humanas de um segmento populacional que vivia em condições adversas [...], como enfatiza Petrônio Domingues, também tentaram apontar caminhos para superá-los:

Diversas foram as soluções preconizadas: o soerguimento moral, a melhora do nível educacional e cultural, a valorização da subjetividade, relacionada à construção de identidades; a necessidade de protestar diante das injustiças e de atuar politicamente. Contudo, a principal solução advogada foi a união, considerada pré-requisito para os negros se fortalecerem, conquistarem espaço na sociedade e, assim, superarem problemas comuns que enfrentavam. (Domingues, 2018a, p. 113).

Além das barreiras e preconceitos em relação a essa população, observamos também ocorrer um apagamento no que diz respeito à trajetória de luta do negro período pós-abolição. Durante um longo espaço de tempo, os historiadores inferiram o negro como sinônimo de escravo, de modo que a história das experiências e vivências específicas desse segmento populacional ficou circunscrita ao período do cativo (Domingues, 2011). Esse apagamento impossibilitou que descendentes de ex-escravizados acessassem uma literatura na qual o **protagonismo** de seus antecessores fosse evidenciado, pois, este era relatado segundo um olhar branco e eurocêntrico, de forma pejorativa, racionalizada e sem compromisso quanto a seus agenciamentos, costumes e cultura.

Construíram no Brasil, livros sobre livros, a réplica da peste europeia que propalou a patologia do branco superior. Esse dejetos cai em cima da gente desde a infância, em suas formas mais sutis. Uma verdadeira dopagem da consciência de todos os brasileiros. Assim, a imagem de nós negros, na maior parte da literatura – ou na própria cultura negra - brasileira está feita segundo os cânones racistas do século XIX, que negavam a nós as características essencialmente humanas. (Silva, 2004, p. 111–112)

Ainda segundo Domingues, no período imediato a abolição, os ex-escravos libertos desapareciam dos registros historiográficos, e apenas há algumas décadas esse quadro vem mudando, o historiador salienta que, para o período imediatamente após a abolição, observava-se um fato curioso: os ex-escravos, libertos e seus descendentes desapareciam dos registros historiográficos, o que fez com que essa área temática fosse apropriada por sociólogos, antropólogos e folcloristas. Após décadas, esse quadro vem apresentando sinais de mudanças. Na atualidade, é crescente o número de historiadores que se dedicam a estudar a experiência

histórica dos negros no período posterior à escravidão. (Domingues, 2011, p. 118-139).

A historiadora Rita Batista, em sua tese de Doutorado intitulada “Clubes Negros na Espacialidade Urbana de Juiz de Fora”, também reconhece o apagamento na historiografia a respeito das diversas atividades mobilizadas pela população negra no período pós-abolição. Esse apagamento impossibilitou que a população brasileira, e especialmente os descendentes destes, tivessem acesso a uma literatura que evidenciasse os costumes, o cotidiano e o agenciamento desses sujeitos.

Um dos problemas da historiografia brasileira é que a população negra aparece quase somente na história do escravismo e desaparece na história do capitalismo, da industrialização e da urbanização; em suma, do período do pós-abolição. Figura apenas nas estatísticas que marcam a desigualdade entre os grupos sociais brasileiros; sem, contudo, considerar através de uma análise histórica crítica e concreta da produção desta desigualdade, levando em consideração a existência de racismo. (Batista, 2015, p. 17).

Felizmente, nas últimas décadas, autores estudiosos, como a Dr.^a Rita Batista, Petrônio Domingues, Mario Medeiros da Silva, Geane Vargas, entre outros, vêm se dedicando a estudar as experiências associativas das pessoas negras no pós-abolição em suas mais variadas categorias e contextos. Essas pesquisas, junto a outras que apresentaremos no decorrer deste capítulo, vêm sob novas técnicas, bem como novos instrumentos utilizados nas investigações, erguendo novos problemas e questões e ampliando a discussão acerca das atividades mobilizadas por diversas formas de associativismo negro.

Eis que a história das populações negras passou a ser considerada uma disciplina com conteúdo “vivo”, dinâmico, prazeroso e interativo. Os diversificados objetos de estudos permitiram um expressivo diálogo entre a literatura e o público diretamente interessado em ampliar seu papel político na historiografia. Atualmente temos diferentes abordagens de objetos nesse processo de construção de conhecimento, os quais variam desde a formação de famílias, organização de quilombos, aspectos relacionados às Religiosidades de Matriz Africana, saúde das populações negras, seus patrimônios materiais e imateriais, a filosofia, dentre outros. Nesse aspecto, a cultura afro-brasileira e africana, o lazer e diversão são considerados aspectos fundamentais para a compreensão e conhecimento da história do Brasil. (Batista, 2015, p. 17).

Arthur Ramos de Araújo Pereira, médico e antropólogo, durante a sua breve carreira, escreveu sobre o que alcunhou por “O Espírito Associativo do Negro brasileiro”. O antropólogo trouxe o assunto como produto da escravidão, africanos de várias culturas vindos para o Brasil traziam consigo matrizes que se misturavam solidariamente ainda nos navios negreiros, o que explicava a formação dos quilombos, das irmandades, das confrarias religiosas, dos blocos carnavalescos e associações negras. Essas últimas seriam herdeiras dos processos anteriores. O

autor entendia o associativismo do negro brasileiro como algo decorrente da condição de subjugado que se encontrava esse grupo condicionado à escravidão.

Já no navio negreiro, onde se misturavam negros provenientes dos pontos mais diversos, e pertencentes a povos e culturas desiguais, houve uma solidariedade na dor, uma associação no sofrimento, por uma compreensão mútua do destino comum. E os escravos no navio negreiro chamavam-se uns aos outros “malungo”, isto é, companheiro, camarada [...] Nas plantações, nos engenhos e nas fazendas, na mineração ou nos trabalhos de ganho, na cidade, grupos e associações negras se formaram também condicionados pela escravidão. [...]. Libertos, os negros adquiriram o hábito de trabalharem em associações. Surgiram assim os grupos de trabalho nos campos e nas cidades[...] Depois da escravidão, até hoje, o Negro brasileiro conservou este espírito de associação, que o regime escravagista lhe havia acentuado como necessidade de defesa. (Ramos, 1938, p. 106-107, 114-123).

Sobre o tema, a socióloga Virgínia Leone Bicudo, no ano de 1945, debruçou-se em seu trabalho de pós-graduação em Ciências Sociais sobre a questão racial no Brasil (Bicudo, 2010; Gomes, 2013), ao entrevistar membros de uma Associação de Negros Brasileiros, e analisando seu jornal intitulado *Os Descendentes de Palmares*, nomes fictícios - a associação era a Frente Negra Brasileira (FNB, 1931-1937), e o periódico *A Voz da Raça*. Isso a faz a primeira cientista social a pesquisar a FNB. Dessa forma, para a autora, uma das atitudes coletivas de reação ao preconceito e à discriminação do cidadão negro, em São Paulo, teria sido a criação de uma associação negra, de sociabilidade cultural, política e recreativa, como a Frente Negra Brasileira (Silva, 2021).

2.1 Pós-Abolição - Teorias e Segregação

O período pós-abolição foi palco de uma série de transformações sociais, econômicas e políticas. (Silva, 2021, p. 91), um período marcado pelo fortalecimento da discriminação racial e do racismo, no Brasil. Havia uma discussão elaborada pela elite branca em torno da construção do território brasileiro. Nos parágrafos abaixo, analisaremos como teorias raciais formuladas por intelectuais europeus e seguidas por brasileiros, tiveram grande repercussão. Essas teorias acreditavam que as raças eram fenômenos finais e essenciais, imaginava-se a humanidade como uma figura de uma pirâmide social, em que, no topo, estariam os homens, brancos e europeus; e, na base, viriam os africanos e indígenas.

Segundo a historiadora Lilia Schwarcz, a história das instituições científicas brasileiras data da vinda da família real (Schwarcz, 1996), neste período intelectuais brasileiros buscavam adequar os modelos evolucionistas, o que combinava a justificação de uma espécie de hierarquia natural com a inferioridade de largos setores da população, e descartar o que soava

estranho, principalmente o tema sobre os males da miscigenação (Barbosa, 2016).

Sem a pretensão de acumular exemplos, pretendo, nos parágrafos seguintes, evidenciar como a mestiçagem foi utilizada para justificar o atraso no Brasil. Visto como um grande laboratório racial, era analisado por viajantes europeus e americanos como uma inviabilidade da nação. O Conde francês Joseph Arthur de Gobineau e Louis Agassiz foram alguns intelectuais que descreveram o Brasil como uma improvável nação.

Para ambos, o País havia produzido elementos incapazes de acompanhar o desenvolvimento da humanidade. Assim, a miscigenação étnica seria um fator contrário à evolução, e a mistura racial provocaria a permanência de características inferiores nos híbridos, porque os elementos mais fracos permaneceriam nos descendentes. (Barbosa, 2016).

Gobineau foi um literato que se dedicava a trabalhos como a poesia, romances e novelas e antropologia social, mas, segundo Sousa (2013), o autor ficou conhecido mesmo foi por sua obra em quatro volumes - (*Essai sur l' inégalité des races humaines*), na qual procurava especular a razão da ascensão e queda de todas as grandes civilizações. Quando esteve no Brasil, em 1869, afirmou que o Brasil era um país degenerado devido à mestiçagem.

Se admitimos que um número muito importante de seres humanos tem estado, e estará para sempre, impossibilitado de realizar mesmo um primeiro passo na direção da civilização' [...] 'estamos induzidos a concluir que uma parte da humanidade é, nela mesma, impotente para jamais se civilizar...porque ela é incapaz de vencer as repugnâncias naturais que o homem, como os animais, experimenta contra o cruzamento. (Petruccelli, 1996, p. 135-136).

Em seu artigo ao *Le Correspondant*, Gobineau atribuiu o alto índice de mortalidade infantil e todas as mazelas de um país escravocrata, no qual grande parcela da população não gozava de direitos civis básicos a uma só razão, a miscigenação. A questão étnica seria a responsável pelo declínio de civilizações que outrora floresceram. Esse fato se dava porque uma raça originalmente pura, ao misturar-se com outras, tornava-se degenerada, perdia as suas qualidades essenciais, levando essa civilização ao declínio. (Sousa, 2013, p. 23-31).

Ouvi estimativas muito mais baixas quanto ao total da população do Brasil, e alguns observadores que me pareciam competentes, e que apoiavam seus cálculos em deduções sensatas, não indicavam mais do que nove milhões de almas. Mais ainda, no espaço de trinta anos, o número de nove milhões foi o que sobrou de um total anterior de dez milhões. Consequentemente, em trinta anos, um milhão desapareceu. É interessante conhecer este fato totalmente inexplicável. A grande maioria da população brasileira é mestiça e resulta de mesclagens contraída entre os índios, os negros e um pequeno número de portugueses. Todos os países da América, seja no Norte ou no Sul, hoje mostram, incontestavelmente, que os mulatos de distintos matizes não se reproduzem além de um número limitado de gerações. A esterilidade nem sempre existe nos casamentos; mas os produtos das raças gradualmente chegam

a ser tão mal, sãos e inviáveis que desaparecem antes de darem à luz, ou então deixam rebentos que não sobrevivem. O que se observa em São Domingos é o superlativo desta situação: mas, em todos os lugares onde o sangue mulato tende a se espalhar e a dominar os outros elementos étnicos, observa-se situação análoga. É inquestionável que, antes de cinquenta anos, todos os mulatos do Haiti terão desaparecido. No Brasil acabamos de ver que um período de trinta anos roubou um milhão de almas. (Raeders, 1988, p. 240-241).

Louis Agassiz esteve no Brasil, em 1865, e assim mencionou o Brasil em seu relato: Que qualquer um que duvide dos males da mistura de raças, e inclua por mal-entendida filantropia, a botar abaixo todas as barreiras que a separam, venha ao Brasil. Não poderá negar a deterioração decorrente da amálgama das raças, mais geral aqui do que em qualquer outro país do mundo, e que vai apagando rapidamente as melhores qualidades do branco, do negro e do índio, deixando um tipo indefinido, híbrido, deficiente em energia e capacidade mental. (Agassiz, 1868, p. 71). Tais teorias deixaram marcas no pensamento social brasileiro da época, suas ideias tiveram eco, tornando a questão racial tema de debate para viajantes e elite brasileira.

Existia um incômodo na sociedade brasileira em torno do tema mestiçagem, intelectuais, pintores, antropólogos acreditavam que somente os pontos negativos de cada raça eram passados para as outras gerações que surgiam dessas relações, construindo, assim, uma sociedade ainda mais degenerada, (Santos, 2020, p. 28-40). Assim como Gobineau, na França; no Brasil, Nina Rodrigues, famoso médico da escola baiana, publicou, em 1894, “As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil”. Rodrigues defendia que pior que raças puras era a mistura, ou mestiçagem. Segundo ele, a mestiçagem levava à degeneração. Teorias hierarquizantes criadas, baseadas em critérios biológicos e sociais, concluía que os homens não nascem iguais.

Intelectuais, como João Batista Lacerda, Oliveira Viana e Sílvio Romero, viam na miscigenação a regeneração e, conseqüentemente, o desaparecimento de negros e mestiços, acreditavam que esse embranquecimento se daria gradativamente até prevalecer a raça não negra, ou seja, a superior.

João Batista Lacerda, ao representar o Brasil no I Congresso Internacional das Raças em 1911, defendeu uma tese com relação ao futuro do Brasil. Lacerda afirma em sua tese, *Sur les métis au Brésil*, que “o Brasil mestiço de hoje tem no branqueamento em um século sua perspectiva, saída e solução”, (Lacerda, *Sur les métis au Brésil*, Paris, ilnprimerie Devougue, 1911.). Ou seja, “uma nação composta de raças miscigenadas, porém, em transição. Essas, passando por um processo acelerado de cruzamento, e depuradas mediante uma seleção natural [...], levaria a supor que o Brasil seria, um dia, branco.” (Schwarcz, 1993, p. 12).

Partiram da faculdade de direito de Pernambuco as grandes teorias sobre mestiçagem.

E a faculdade de Direito de São Paulo se preocupou em implementá-las, a partir dos projetos de importação de mão de obra europeia. Essas duas instituições visavam atender às diferentes regiões do País e criar uma *intelligentsia* nacional capaz de responder às demandas de autonomia da nova nação (Schwarcz, 1996).

Enquanto a faculdade de São Paulo foi mais influenciada por um modelo político liberal, a de Recife, mais atenta ao problema racial, teve nas escolas darwinista social e evolucionista seus grandes modelos de análise. Tudo isso sem falar do caráter mais doutrinário dos intelectuais da faculdade de Recife, perfil que se destaca principalmente quando contrastado com o grande número de políticos que partiam majoritariamente de São Paulo. (Schwarcz, 1996, p. 90).

Esses pensamentos sobre as raças implicaram, por sua vez, um “ideal político”, um diagnóstico sobre a submissão ou possível eliminação das “raças inferiores”, e, segundo Schwarcz, converteu-se em uma espécie de prática avançada do darwinismo social — “a eugenia”, cuja meta era intervir na reprodução das populações (Schwarcz, 1996, p. 85). Essa política evitava o casamento entre brancos e Negros e estimulava os casamentos entre brancos. E é a partir dessa eugenia que se cria uma teoria que hoje conhecemos como teoria do branqueamento (Schwarcz, 1996).

Segundo o professor e historiador, Kabengele Munanga, a ideologia do branqueamento foi peça fundamental da ideologia racial brasileira, pois se acreditava que, graças ao intensivo processo de miscigenação, nasceria uma nova raça brasileira, mais clara, mais arianizada, ou melhor, mais branca fenotipicamente, embora mestiça genotipicamente. Assim, desapareceriam os índios, negros e os próprios mestiços, cuja presença prejudicaria o Brasil como povo e nação (Munanga, 2002, p. 10).

2.2 Pós-Abolição: Assimilação e Branqueamento como estratégia para o alcance da Plena Cidadania

Um desdobramento das teorias raciais, a Ideologia do Branqueamento foi um projeto determinado e amplamente defendido pela elite liberal brasileira, uma espécie de mestiçagem marcada pela afirmação de hierarquias e diferenças (Schwarcz, 1996, p. 90), a qual sua carga ideológica se expressava nos terrenos estéticos, morais e biológicos (Domingues, 2002), como uma espécie de condição para a integração de negros e negras na sociedade brasileira.

Acreditava-se que, no cruzamento do branco com o negro, haveria uma vitória do elemento branco sobre o negro, com a vantagem adicional de produzir, pelo cruzamento inter racial, um homem ariano plenamente adaptado às condições brasileiras (Carone; Bento, 2017).

Os argumentos pró-branqueamento procediam, de modo geral, de uma adaptação brasileira da “teoria científica” de Joseph Arthur Gobineau, que, segundo Corane e Bento, após uma visita ao Brasil, em 1869, afirmou que:

Nem um só brasileiro tem sangue puro porque os exemplos de casamentos entre brancos e negros são tão disseminados que as nuances de cor são infinitas, causando uma degeneração do tipo mais deprimente tanto nas classes baixas como nas superiores. (Gobineau, 1869 apud Carone; Bento, 2017).

Diante de uma segregação não institucionalizada, foram criados no Brasil inúmeros mecanismos que impossibilitaram o acesso de negros e negras à sociedade. O ideal do branqueamento pregava a população negra, padrões culturais, valores sociais do grupo dominante, propondo que o branqueamento seria o caminho, uma condição da população negra para alcançar a cidadania.

Longe de ser uma patologia negra, tal ideologia esteve fortemente presente nas sociedades recreativas negras, a assimilação aos padrões hegemonicamente vigentes pode ser percebida como uma forma de desvinculação da cor da pele e cultura preta, pois estas estavam fortemente ligadas à maldade e inferioridade, ou seja, essa população buscava por uma construção de identidade positivas das famílias negras brasileiras.

Cabe aqui destacar que essa assimilação, os afrodescendentes não se deixaram, de forma alguma, assimilar integralmente. Existia nos espaços recreativos expectativas de ruptura com a imagem negativa herdada da escravização e, concomitantemente, possibilidade de ascensão social de negros e negras por meio da aproximação de valores supostamente dominantes vivenciados nesses espaços, o que não os distanciou dos valores, eles sempre introduziram inovações, nas palavras de Guimarães:

A assimilação à cultura luso-brasileira nunca significou uma simples e pura reprodução da estética e da moral política europeia [...] ao contrário, esses artistas e intelectuais tidos como embranquecidos foram responsáveis pela introdução, na cultura brasileira, de valores estéticos e de ideias híbridas e mestiças, modificando a vida cultural nacional em direção a um estado em que eles e os meios de onde provieram pudessem se sentir à vontade. (Guimarães, 2004, p. 272).

Em meio à segregação, o governo republicano brasileiro implantou novos mecanismos de controle e repressão às manifestações da população negra, mesmo que as táticas ainda estivessem em um contexto branco, a preocupação era com o sentimento mínimo de dignidade e de (re)construção de uma história negra de resistência ao sistema imposto (Escobar, 2014). Sobre o assunto salienta Grinberg:

Um período repleto de adversidades e projetos nos quais homens e mulheres negras experimentaram o regime de maneira muito diferente daqueles pensados pelas classes dominantes e intelectuais. A implantação do governo republicano estabeleceu novos mecanismos de controle, que visavam reprimir as manifestações públicas e estabelecer a ordem social. As autorizações para reuniões, festas e quaisquer formas de lazer se tornaram responsabilidade da polícia através da concessão de licenças assinadas pelo chefe de polícia. Outro dispositivo acionado foi a promulgação do Código Penal de 1890, que previa o combate à vadiagem e aos vícios por meio da perseguição e a aplicação de pena àqueles que exercessem qualquer manifestação pública que não fosse aprovada pelas elites e autoridades republicanas (Grinberg, 2008)

Andréa A. de Moraes Cândido Carvalho (2001), em sua pesquisa acerca do Centro Cívico Cruz e Sousa, fundado em 1918, no município de Lages, Santa Catarina, ao analisar fontes como as Atas de Reunião, registros orais e o Estatuto da Sociedade Recreativa, destaca a preocupação expressa por seus integrantes em relação às normas de conduta que deveriam ser respeitadas, tanto no interior do estabelecimento quanto fora dele, para Carvalho:

A agremiação se constituía em um instrumento de civilização desses descendentes de africanos. Frequentá-la era como um atestado de assimilação aos padrões burgueses de comportamento público. [...] O vestir-se bem também servia de linguagem para expressar e manter a estabilidade nesses espaços sociais. Dessa forma, a aparência física é importante para reafirmar a condição social dos afrodescendentes perante o grupo dominante (Carvalho, 2001, p. 61)

Portanto, “não bastava ser livre, era preciso parecer livre” (Koutsoukos, 2009, p. 79). De acordo com Koutsoukos, nesse período, “em geral, copiava-se o modo de vestir, pentear e posar” da moda europeia vigente. A autora continua afirmando que, “Para abrir caminho naquela sociedade exigente, competitiva e racista e se fazerem aceitos ou, ao menos tolerados, precisavam construir a sua imagem a partir de comportamentos tomados ‘emprestados’ dos ditos brancos” (Koutsoukos, 2009, p. 79).

2.3 Clubes Sociais Negros: Espaço de Sociabilidade e Resistência

Em um momento que pessoas negras não podiam sonhar com uma família porque eram mortas ou presas; não tinham direito ao amor, porque bonito era ser branco; não podiam trabalhar porque mão de obra qualificada era a europeia; não podiam estudar por não poder acessar espaços de sociabilidade frequentado por brancos, enfim, não podiam exercer sua cidadania, pois não eram lidos como cidadãos; surgem, no pós-abolição, inúmeras associações negras, que proliferaram como espaços políticos, de socialidade, cultural e esportivo, como uma espécie de condição para se integrar. Os clubes sociais negros surgem como uma estratégia de inserção da população negra na sociedade em transformação.

A professora Giane Escobar nos apresenta o conceito de Clubes Sociais Negros, que, segundo ela, foi elaborado em 29 de fevereiro de 2008, por integrantes da Comissão Nacional de Clubes Sociais Negros dos estados de RS, SC, SP, RJ e MG, junto ao poeta negro brasileiro, nascido em 1941, na área rural de Rosário do Sul, estado do Rio Grande do Sul, Oliveira Silveira. Trata-se de um ativista do movimento negro, idealizador do dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra. (Escobar, 2010, p. 61)

Os Clubes Sociais Negros são espaços associativos de um grupo étnico afro brasileiro, originário da necessidade de convívio social do grupo, voluntariamente constituído e com caráter beneficente, recreativo e cultural, desenvolvendo atividades num espaço físico próprio. (Ata da reunião da Comissão Nacional de 29 de fevereiro de 2008).

Figura 1 - Oliveira Silveira - idealizador do dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra - Conceito: Clubes Social Negro



Foto: Tania Meinerz

Escobar, ao pesquisar o associativismo negro em Santa Maria (RS), mapeou inúmeros clubes sociais negros no Rio Grande do Sul e em outros estados, o que a motivou posteriormente a propor políticas de preservação, fortalecimento, e salvaguarda desses lugares de memória, resistência e identidade negra. De acordo com listagem produzida por iniciativa do movimento clubista e pesquisadores afins à temática, as representações dos clubes Sociais Negros situados no estado de Minas Gerais, citamos: Clube 13 de Maio, de Divino; Clube 13 de Maio, de Coronel Fabriciano; Clube 13 de Maio, de Araguari; Clube Black Chic, de Uberlândia; Clube Chico Rei, de Poços de Caldas; Clube dos Cutubas, em Leopoldina; Clube Flor da Mocidade, de Recreio; Clube José do Patrocínio, em Prata; Clube Palmeiras, de Ituiutaba; Clube Princesa Izabel, em Itabira; Clube Raça Negra, de Frutal; Clube União, em Araxá; Clube União, do município de Patrocínio; Clube Levanta Poeira, de Rio Pomba; Clube Social Bola Preta, em Guarani; Panela de Pressão, localizado na cidade de Lima Duarte; Elite Clube, de Uberaba;

Clube Quem Pode Pode, de Juiz de Fora; Clube Social Elite, de Juiz de Fora (1939); Associação Cruz e Souza, em Juiz de Fora. (Escobar, 2010)

O município que hoje conhecemos como Sabará (MG) teve sua origem como um arraial de bandeirantes no fim do século XVII. Seu nome, “Sabará”, é oriundo do termo tupi *itá'berab'uçu* (pedra grande brilhante), que designava 'serra das esmeraldas' procurada pelos bandeirantes. Este povoado cresceu, sendo criada a freguesia em 1707. No dia dezessete de julho de 1711, era fundada a Vila Real de Nossa Senhora da Conceição do Sabará, por Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, o então governador da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro Preto.

Com a descoberta do ouro na última década do século XVII, a mão de obra utilizada na abertura dessa nova frente em expansão foi exclusivamente escrava, provocando um rápido aumento da presença negra em Minas, o que deu o título da maior Província escravista do Império (Libby, 1988, p. 46). A Vila situava-se à direita da Comarca do Rio das Velhas e no século XVIII era uma das regiões mais povoadas da capitania de Minas Gerais (Oliveira, 2015, p.104).

Figura 2 - Garimpagem no Rio Sabará em Sabará (MG) – 1956



Autor: Jablonsky, Tibor

Além da intensa exploração mineral, a Vila Real de Sabará prosperou, no século XVIII, em razão de sua localização geográfica estratégica, como bem destacou a historiadora Adriana Romero (2009, p. 31). No século XVIII, Sabará “esteve intimamente conectada aos movimentos e ritmos planetários que ligavam o Ocidente ao Oriente”, podendo ser chamada de

“encruzilhada do Império português”.

Minas foi a maior Província escravista do Império (Libby, 1988, p. 46), e, segundo Wladimir Silva (2005), a Província de Minas teria uma realidade própria nesse contexto. A complexidade racial da Província, com seu contingente de pardos e forros, confundindo-se com o leque de atividades e profissões, teria reflexos no comportamento daquela sociedade. Tal diversidade implicou o ânimo da população livre pobre, tanto em seu viver cotidiano, como na sua percepção e relação com o poder. (Silva, 2005, p. 68).

Na primeira metade do século XIX, negros ou mestiços compunham um total de oitenta e três por cento (83%) da população de Sabará, sendo que sessenta seis por cento (66%) desse total viviam na condição de liberdade (Klein; Paiva, 1997, p. 177-335). Essa porcentagem colocou Sabará como um dos municípios mineiros com maior representatividade de afrodescendentes, logo, as experiências de liberdade já eram bem conhecidas por negros sabarenses no final do século XIX. No entanto, Minas Gerais não escapou à tradição hierarquizadora da sociedade escravista brasileira, que construída em sua formação colonial penetraria o século XIX e o período regencial. Segundo a Laura Mello e Souza:

Alforrias e coações tinham duas faces, conforme alguns estudos recentes têm frisado. Para os poderes estabelecidos, alforriar e coartar significava pôr água na fervura, aplacar ódios e ressentimentos, arrefecer ânimos revoltosos; mas também significava propiciar o aumento do contingente livre e de cor, sempre temido porque considerado virtualmente perigoso (Souza, 1999, p. 168).

Apesar de já haver uma grande quantidade de negros libertos em Sabará em meados do século XIX, ainda existia uma pequena parcela que vivia na condição de escravizados, sendo a promulgação da lei Aurea recebida com muita festa pelos negros e abolicionistas sabarenses, mas, a exemplo de outros estados brasileiros, a abolição não trouxe nenhuma proposta concreta de mudança para a vida dos agora libertos.

Segundo o historiador Zoroastro Vianna Passos (1942), a população negra de Sabará já acumulava variadas experiências associativas desde a fundação da cidade, e afirma que “já nos primeiros anos de Sabará, a cidade contava com duas irmandades negras: a de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e a de Nossa Senhora das Mercês (Passos, 1942). E parte deste contexto a fundação dos Clubes sociais Negros em Minas Gerais. Estes espalharam por diversas regiões do seu território. Para se ter uma ideia dessa difusão, entre 1870 e 1960 foram criadas, ao menos, cerca de 60 associações negras (Ribeiro, 2021).

Quanto à atuação da mulher negra nos clubes Sociais negros, segundo Domingues, “... parte dos créditos do protagonismo negro no pós-abolição deve-se à participação feminina”

(Domingues, 2009). Mulheres negras estavam presentes nos clubes de recreação negra desde sua constituição. Fabiane Popinigis, ao debater sobre associativismo e experiências negras nas lutas por direitos nos mundos do trabalho, arrazoa que, nas “décadas de 1920 e de 1930 –, muitas empregadas domésticas também participaram dos clubes, elas não estão nas direções e tampouco nas fundações”, mas estavam presentes e participantes, “tratava-se das senhorinhas filhas das senhoras que, por sua vez, eram associadas e desempenhavam a função de empregadas domésticas, cujas filhas formam-se professoras na década de 1950”. (Popinigis, 2021, p. 215-257).

3 METODOLOGIA: HISTÓRIA ORAL - CLUBE MUNDO VELHO LUGAR DE MEMÓRIAS

Essa história é de um tempo antigo, em que não havia nenhuma história no mundo, sequer esta. E se não fosse por ela, não haveria nenhuma outra história pra contar. (Anansi)

A escrita desta dissertação só foi possível graças à palavra, ou aos depoimentos orais colhidos pela senhora Sandra Talabar, atual gestora do Clube Mundo Velho. Suas memórias possibilitaram novas percepções sobre a atuação dos integrantes negros em diferentes momentos do recorte da pesquisa. As entrevistas tiveram por objetivo aprofundar as memórias familiares, levando em consideração a diretoria do clube, bem como auxiliar na análise e levantamento das fontes, visto que a entrevistada não viveu durante todo o período que abrange a pesquisa.

Nesse movimento, apresento no presente capítulo perspectivas metodológicas no sentido de instrumentalizar questões que, para nós, se apresentam urgentes. Logo, discutiremos aspectos, como oralidade e memória, verificando intersecções, conceitos e práticas, entendendo que todos os povos sempre contaram histórias, desde os mais remotos tempos. Quando ainda não havia a escrita, havia a palavra. E havia a memória. (Sisto, 2012).

A história oral é uma metodologia qualitativa, que ajustada ou adequada ao conhecimento do tempo presente, permite-nos conhecer a realidade do passado e do presente pelas memórias, experiências e vozes dos que a viveram. Dessa forma, possibilita conhecer variadas e diferentes versões sobre o mesmo fato ou período. Em pesquisas qualitativas, do ponto de vista dos procedimentos técnicos, pode-se utilizar da metodologia da História Oral, tendo como dentre outras técnicas a entrevista semi-estruturada (Brisola; Marcondes, 2011).

A cientista política, Dr.^a Lucilina de Almeida Neves Delgado, salienta que a história oral se move em terreno interdisciplinar, já que se utiliza muitas vezes de música, literatura, lembranças, fontes iconográficas, documentação escrita, entre outras, para estimular a memória.

A memória, principal fonte dos depoimentos orais, é um cabedal infinito, onde múltiplas variáveis temporais, topográficas, individuais, coletivas dialogam entre si, muitas vezes revelando lembranças, algumas vezes, de forma explícita, outras vezes de forma velada, chegando em alguns casos a ocultá-las pela camada que próprio ser humano cria ao supor, inconscientemente, que assim está se protegendo das dores, dos traumas e das emoções que marcaram sua vida. (Delgado, 2017, p. 3).

Em muitas culturas africanas, o hábito de contar e escutar histórias é uma atitude que se

mantém valorizada e ensinada de pais para filhos, cada história carrega consigo uma lição, um ensinamento, que as crianças devem aprender e respeitar ao longo de suas vidas. "Na África, cada velho que morre é uma biblioteca que se queima", dizia Amadou Hampâté Bâ (1901-1990).

Segundo o jornalista, poeta e ensaísta belgo Guy de Bosschère,

A oralidade africana é sempre vista como expressão de uma força vital. A memória é tida como o depósito sagrado. A tradição oral é o reservatório da acumulação cultural da comunidade, e a memória da oralidade é a da comunidade viva das gerações sucessivas. É a manutenção, a divulgação, a coletividade e a permanência que participam desta dinâmica da oralidade. (Bosschère, 1973).

Imagino que em algum momento de suas vidas vocês tenham ouvido de tios, tias, avós, contarem uma história engraçada, triste ou curiosa. Assim como nas culturas africanas, é comum em muitas famílias brasileiras, como a minha, a reunião ao redor do fogo, na sala de casa ou no quintal para ouvir os mais velhos contar histórias. Isso nos faz rememorar o passado enquanto testemunha do tempo vivido. Contando e ouvindo histórias, resgatamos nossas memórias afetivas e culturais, tão fundamentais para descobrir quem somos e como lidamos com os outros.

Essa tradição, a oralidade brasileira, herdada do continente africano, trata-se de um ato da comunidade, que adquire o seu significado pleno quando se refere à dimensão espaço temporal da experiência do grupo, ou seja, ela se enraíza no passado para permitir ao vivido de hoje orientar-se, sem descanso e por meio de um mesmo impulso, para o amanhã. Ela faz ser de novo aquilo que ela foi e aquilo que ela quer ser (Bonvini, 2001). No que diz respeito, Bonvini afirma que:

Não há dúvidas que existiu, e existe ainda hoje no Brasil, uma tradição oral bastante viva, de origens francamente africanas e que constitui uma verdadeira herança de conhecimentos de todas as ordens, transmitidos de boca em boca através dos séculos, apesar de um contexto particularmente hostil e de um desenraizamento brutal devidos a escravidão. Esta herança é constituída de inúmeras "palavras organizadas": fórmulas, rituais, rezas, cantos, contos, provérbios, adivinhações... algumas em línguas africanas e outras, as mais numerosas, em português. Através destas "palavras", é bem uma "alma" africana que sobreviveu e que vive ainda hoje no Brasil (Bonvini, 2001, p. 40).

Esta pesquisa pretendeu se utilizar da história oral enquanto metodologia dentro do universo da pesquisa qualitativa, cujo recolhimento das informações se deu por meio de entrevistas, produzindo assim dados a partir de relatos orais, esquivando-me de críticas a respeito desta metodologia, por essa ser carregada de subjetividades. Entendemos que essa

subjetividade não invalida o reconhecimento das fontes orais, pois, em muitos casos, essa pode ser a única forma de registro e, como já é sabido, muitos dos documentos que conhecemos hoje não passam de transmissões de relatos orais. (Brisola; Marcondes, 2011) De acordo com Brisola e Marcondes (2011), com a pesquisa qualitativa, que se reporta à fonte oral para buscar o significado das vivências, experiências pessoais, familiares, profissionais, comunitárias e sociais dos indivíduos, é possível aprofundar o conhecimento da realidade a partir da concepção que o pesquisado lhe atribui, permitindo também que não seja necessário escolher um grande número de sujeitos e ainda compor o universo de pesquisa intencionalmente com aqueles sujeitos que melhor contribuirão para o alcance dos objetivos do estudo (Martinelli, 2003, p. 23-24). Consoante, a Dra em comunicação Agnes Francine de Carvalho Mariano assim define a história oral;

[...] entendida ora como técnica, ora como metodologia ou até disciplina, a História Oral é parte de um movimento de renovação da História que, no começo no século XX, ampliou seus objetos, fontes e passou a incorporar imagens, cultura material e relatos orais gravados em suas pesquisas, antes restritas aos documentos escritos. Assim como acontece com os meios de comunicação, a trajetória da História Oral é indissociável do desenvolvimento das técnicas de reprodução de sons e imagens, pois a gravação de entrevistas quase sempre está presente. Mas não se deve confundir História Oral com o ato de gravar entrevistas. Ela envolve um projeto, com premissas, aportes, objetivos claros, definição de procedimentos, grupos a serem ouvidos, opções sobre o tratamento do material coletado, formas de devolução aos entrevistados e disponibilização pública. Neste momento, define-se a vertente do trabalho – história oral de vida, história oral temática, tradição oral ou história oral testemunhal –, sendo que cada uma atende a diferentes objetivos e implica modos distintos de condução. (Mariano, 2020, p. 215).

Uma das mais antigas formas de comunicação existentes, a história *Oral* é o ato de ouvir e contar histórias. Tem um papel muito importante no desenvolvimento das culturas e contribui para o desenvolvimento do pensamento crítico dos sujeitos. Tem em vista registrar, portanto, perpetuar impressões, vivências, lembranças daqueles indivíduos que se dispõem a compartilhar sua memória com a coletividade e, dessa forma, permitir um conhecimento do vivido muito mais rico, dinâmico e colorido de situações que, de outra forma, não conheceríamos (Matos; Senna, 2011).

Logo, a história oral torna-se o ponto de partida deste trabalho, constituindo-se como um instrumento metodológico que, ao cruzar com outras fontes de memórias, aspirou buscar, por meio de entrevistas feitas com a senhora Sandra Talabar, avançar na composição das trajetórias individuais e coletivas de atores que compuseram a diretoria do Clube Mundo Velho. Buscou-se discutir as representações do fato passado para além do que propriamente uma discussão a favor do seu conteúdo no sentido estrito.

Arrisco afirmar que o maior desafio encontrado nesta pesquisa foi procurar encontrar dados relevantes nas memórias da entrevistada que pudessem colocá-la na posição de parte da construção teórica que se pretendeu com este estudo. Buscou-se descobrir a partir de perguntas diretas suas vivências, utilizando como recurso básico a técnica da entrevista semi-estruturada, o que possibilitou a não utilização de um roteiro pré-definido, ou seja, perguntas foram formuladas a medida da necessidade de se elucidar alguma informação em que houvesse dúvida.

O professor Meihy (2010) apresenta o método da entrevista como uma história viva, traz-nos a experiência como consagradora da suscetibilidade humana, sensível e sujeita aos desvios de percurso comuns à oralidade. Isso com a responsabilidade e cuidado de não confundir a História Oral com o ato de gravar as entrevistas, pois entendemos que a História Oral discute muito mais que as representações que as pessoas fazem do fato passado. Ela envolve um projeto, com premissas, aportes, objetivos claros, definição de procedimentos, grupos a serem ouvidos, opções sobre o tratamento do material coletado, formas de devolução aos entrevistados e disponibilização pública.

A pesquisa nas Ciências Sociais desenvolve perspectivas como conhecer a realidade social, investigar o passado para compreender o presente e pensar em perspectivas para o futuro. Contudo, lutas e participação da população negra na construção da sociedade brasileira estiveram ausentes da historiografia brasileira durante o período pós-abolição. A história oral pode dar grande contribuição para o resgate da memória nacional, no que diz respeito à população negra no pós-abolição. É preciso preservar a memória física e espacial, como também descobrir e valorizar a memória do homem. A memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência dos fatos coletivos (Thompson, 1992, p. 17).

Em uma palestra realizada na Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte, em 29 de agosto de 2000, o sociólogo e especialista em história oral Paul Thompson definem a história oral como sendo “a interpretação da história e das mutáveis sociedades e culturas através da escuta das pessoas e do registro de suas lembranças e experiências”. Para o sociólogo, a história oral é um método que sempre foi essencialmente interdisciplinar, um caminho cruzado entre sociólogos, antropólogos, historiadores, estudantes de literatura e cultura, e assim por diante (Thompson, 2002).

3.1 A Memória Oral e Documentada

Entendemos que a memória possui uma grande variedade de definições: faculdade de lembrar, de reter impressões e ideias, lembrança, recordação, reminiscência. Costuma também ser dividida em individual e coletiva, apesar das duas formas se relacionarem de modo contínuo e intenso, (Silva; Barros, 2010, p. 69). O resgate das memórias da senhora Sandra nos possibilitou construir uma narrativa efetuada no presente a partir de vivências ocorridas no passado, lembranças sobre indivíduos inseridos em um contexto social, familiar e político.

Quanto à memória coletiva, esta foi inaugurado por Maurice Halbwachs, um importante sociólogo da escola durkheimiana, conforme a Doutora em Ciências da Comunicação Eliza Bachega Casadei, Maurice Halbwachs não só foi o primeiro estudioso a cunhar o termo “memória coletiva”, como também foi o primeiro a pensar em uma dimensão da memória que ultrapassa o plano individual, dominante nas pesquisas até então, (Casadei, 2010)

Responsável pela inauguração deste campo de estudos na área das ciências sociais, Halbwachs criou a categoria de memória coletiva, por intermédio da qual, postula que o fenômeno de recordação e localização das lembranças não pode ser efetivamente analisado se não forem levados em consideração os contextos sociais que atuam como base para o trabalho de reconstrução da memória (Silva; Barros, 2010). Ao tratar sobre o tema, Silva salienta que:

É, portanto, mediante a categoria de “memória coletiva” de Halbwachs, que a memória deixa de ter apenas a dimensão individual, tendo em vista que as memórias de um sujeito nunca são apenas suas, ao passo que nenhuma lembrança pode coexistir isolada de um grupo social. Essa categoria de análise trouxe contribuições valiosas para os trabalhos na área da sociologia, psicologia, história, entre outras, influenciando a produção de importantes trabalhos. (Silva; Barros, 2010, p. 247- 253).

A historiadora Adriana Kivanski Senna (2011) enfatiza que a memória pode ser entendida como a presença do passado, como uma construção psíquica e intelectual de fragmentos representativos desse mesmo passado, nunca em sua totalidade, mas parciais em decorrência dos estímulos para a sua seleção. A autora ainda salienta que a memória não é somente a lembrança de um certo indivíduo, mas de um indivíduo inserido em um contexto familiar ou social, por exemplo, de tal forma que suas lembranças são permeadas por inferências coletivas, moralizantes ou não.

Durante as entrevistas com a senhora Sandra, identifiquei inúmeros momentos em que suas memórias estariam intrinsecamente subordinadas ao seu relacionamento com sua família, com sua classe social, com a Igreja, com o clube, enfim, com os grupos de convivência e referência aos quais pertenceu, o que ligava sua memória e sua identidade à do grupo,

relacionada à memória coletiva, ou seja, um pensamento e memória a partir da comunidade que pertenceu e/ou pertence. Em relação ao tema, Michael Pollak afirma que

[...] podemos dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. (Pollak, 1992, p. 204).

Portanto, utilizo a história oral como método, defendemos que os critérios de definição da quantidade de sujeitos a serem pesquisados sejam uma não exigência, por não ser tratar de uma estatística, e sim de pessoas humanas de valor inestimável, as quais representam um referencial qualitativo “em função de sua relação com o tema estudado” (Alberti, 2004 p. 32). “[...] tal decisão depende diretamente dos objetivos da pesquisa [...] o número de entrevistados pode até se restringir a uma única pessoa, se seu depoimento estiver sendo tomado como suficientemente significativo [...]” (Alberti, 2004 p. 35)

Os dados coletados por meio das entrevistas foram gravados em áudio e foram posteriormente transcritos. Buscando ideias por trás da transcrição, observamos, além de outras variáveis, as narrativas orais, conjuntura, contexto e características comuns com grupo pesquisado, procurando questionar se o assunto mantém relação com o tema pesquisado, pois estes questionamentos, “uma vez respondidos, permitem partir para [...] busca de um quadro mais sintético e mais nítido de temáticas ou eixos orientadores da interpretação” (Gomes et al., 2010, p. 207)

Os documentos, imagens e fotografias disponibilizadas ao longo desta dissertação partem da particularidade de serem privados. Reconhecendo o valor desse acervo e sua relevância social e cultural para a sociedade, principalmente negra, da cidade de Sabará, examinamos os acervos documentais produzidos e acumulados por indivíduos cujas trajetórias de vida pouco ou nada se assemelham àqueles que tiveram seus documentos resguardados.

Apesar de apresentarem características informais, analisando o acervo pessoal da entrevistada, percebemos que, assim como na esfera pública, estão impregnados de valores sociais, individuais e coletivos. Estes se manifestam como elementos significativos nos processos de construção de memórias. Portanto, esses aspectos constituem fontes de pesquisa importantes para a compreensão de nosso passado e devem ser considerados por sua diversidade e pluralidade.

Acervos privados (pessoais, familiares e institucionais) são fontes relevantes nos processos de construção de memórias, identidades e histórias individuais e coletivas, assumindo

traços de patrimônio documental. Da mesma forma que os documentos produzidos pelos poderes públicos, compõem relevante tema de estudos para as Ciências Sociais. As memórias, identidades e histórias individuais e coletivas assumem também traços de patrimônio documental. Conforme a historiógrafa Rejane Silva Penna e a professora Cleusa Maria Graebin, no artigo *Acervos privados: indivíduo, sociedade e história*,

[...] os vestígios da atividade humana são variados e se tivermos uma maior abrangência nas concepções sobre o que é importante na História, nossos fragmentos de papel sobre pessoas, instituições e gestos culturais serão chaves de leitura para compor uma memória múltipla. O trabalho com Acervos Privados, valorizando a experiência social, oferece aproximação com personagens por muitos desconhecidos, com todo o impacto das representações que faziam de si e do mundo. (Penna; Graebin, 2010).

Além das particularidades dos conjuntos documentais analisados, tivemos em vista sublinhar aspectos comuns nos acervos entre a associação Clube Mundo Velho e familiares da entrevistada. Refletindo sobre a importância dos arquivos pessoais da senhora Sandra e da associação Clube Mundo Velho, percebemos estes como conjuntos documentais indissociáveis. Sobre tal aspecto, Bruno Delmas e Ardaillon, (2010, p. 58) definem como “conjuntos solidários organizados segundo as necessidades de cada ação, e não por uma escolha arbitrária”. De acordo com o autor:

Há, portanto, unanimidade a respeito da definição dos arquivos: documentos reunidos por uma pessoa ou instituição em razão de suas necessidades, formando, assim, um conjunto solidário e orgânico denominado fundo de arquivo, conservado para usos posteriores. [...] Todos os arquivos são resultado da ação humana do indivíduo ou do organismo que os produz, recebe e reúne ao longo de uma atividade, e tais documentos se revestem de caráter pessoal. Dizem respeito à “vida privada” de alguém ou de um organismo, embora possam interessar indiretamente a várias outras pessoas, com as quais mantêm ligação mais ou menos importante. (Delmas; Ardaillon, 2010, p. 56,59).

Ao longo de sua vida atuando no Clube Mundo Velho, a senhora Sandra acumulou um volume considerável de documentos que datam da fundação do Clube até os dias atuais, e grande parte destes ficaram sob a responsabilidade da gestora. Esta relata que sua família frequentava e dirigia o clube, passou por várias esferas dele, e, ainda jovem, foi princesa da primavera, organizou carnavais, bailes, e hoje atua como gestora do espaço.

Figura 3 - Sandra Talabar, Porta-bandeira (1970)



Acervo de Sandra Talabar

Figura 4 - Sandra Talabar, Princesa da Primavera (1970)



Acervo de Sandra Talabar

Figura 5 - Cristina Talabar



Figura 6 - Carlos Talabar



Acervo de Sandra Talabar

Figura 7 - Da esquerda para a direita: Romildo Lopes, Maria Alice, Sandra Talabar, Glacia Evangelista, Cristina Talabar e Waldir Talabar



Acervo de Sandra Talabar

Apesar do valor histórico desses documentos, até os dias atuais, a guarda dos itens se encontram inteiramente sob responsabilidade da senhora Sandra, tornando-se notória a ausência de qualquer tipo de amparo público ou mesmo o reconhecimento por parte de entidades governamentais responsáveis pela preservação do patrimônio Sabarense.

3.2 Memórias e Oralidades: Família Talabar

Conforme apresentado, a história do Clube Mundo Velho foi contada por Sandra Helena Talabar. Sandra é uma mulher, parda, nascida em 1953, filha de Waldir Talabar e Célia Campos Talabar, irmã do meio, teve dois irmãos, Carlos Talabar (falecido) e Maria Cristina Talabar. Nascida e criada no município de Sabará, estudou na Escola Estadual Zoroastro de Viana Passos, no centro da cidade, posteriormente cursou licenciatura, formando-se professora primária, profissão em que se aposentou. Como professora, lecionou em diversas escolas no município de Sabará e, depois de se casar, também lecionou no município de Contagem, onde morou durante anos, não especificando quanto tempo ao certo.

Figura 8 - Três filhos Waldir Talabar - Sandra, Cristina e Carlos Talabar



Acervo de Sandra Talabar

Sua mãe, Célia Talabar, uma mulher parda, atuou ativamente no Clube Mundo Velho. Como associada, organizava festas, costurava fantasias para os desfiles do bloco Mundo Velho e para os bailes que aconteciam semanalmente no Clube. Quanto aos avós de Célia Talabar, o pai era um português, e a mãe, indígena, que, segundo a senhora Sandra, teria sido “pega a laço” pelo seu bisavô. Já com relação a seus pais, a mãe era branca, dos olhos azuis, e o pai, negro, que trabalhou no setor da fundição da Belgo Mineira.

Damos atenção a essa expressão bem conhecida, trazida como um elemento comum, que faz referência à captura de mulheres e crianças indígenas pelo branco, uma submissão sexual de uma indígena pelo branco considerado superior. Segundo Rocha, essa narrativa não prima por exprimir qualquer reprovação pelo feito do “caçador”, de fato, o que se “louva” é a

ferocidade e bravura da mulher que teve de ser “caçada” (Rocha, 2005). Elaine Pereira Rocha, no artigo “Antes índio que negro”, analisa a expressão como um mito, segundo a autora;

[...]. No mito da avó que foi pega a laço, a avó, no caso, é a corajosa indígena que, a princípio, resiste ao agressor, mas, ao final, se rende a sua superioridade. Numa única lenda, as famílias logram explicar a tonalidade da pele mais escura, exaltar a honra da avó, que só se rendeu aos encantos do homem branco depois de “laçada”, e da indígena fiel que permanece casada e dá ao senhor uma família “genuinamente” brasileira. (Rocha, 2006).

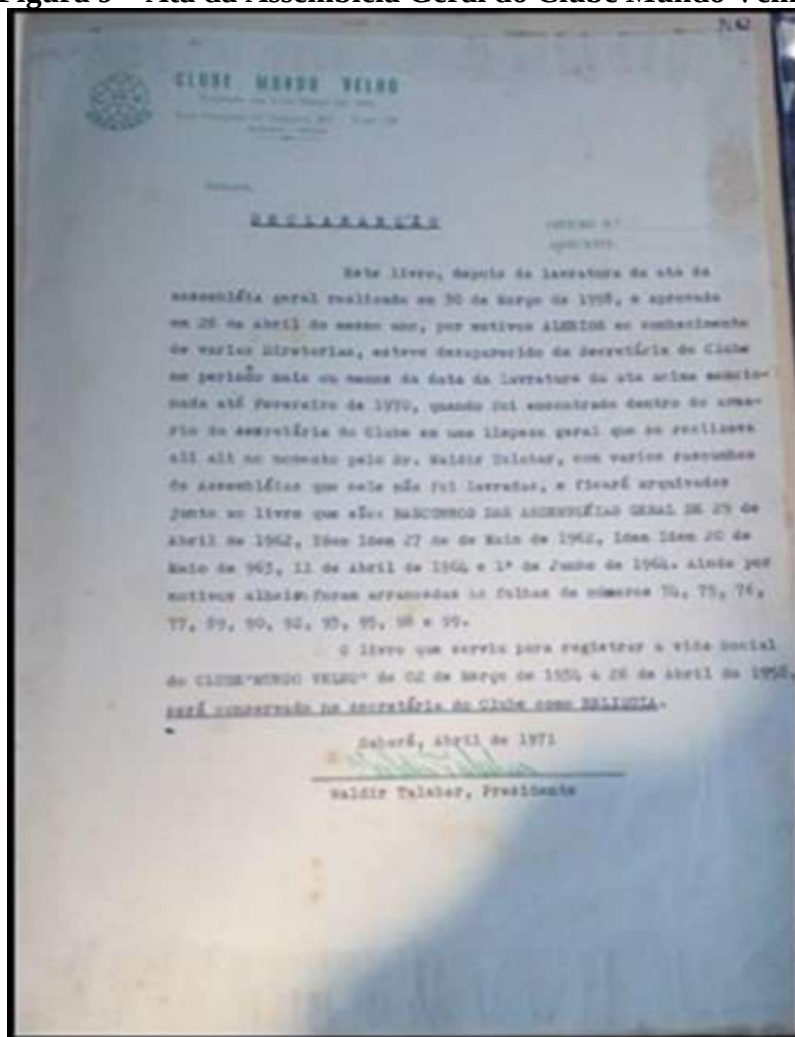
Senhor Waldir Talabar, um homem pardo, casou-se com Célia, e tiveram três filhos, Sandra, Cristina e Carlos Talabar. Começou a trabalhar na Siderúrgica ainda aos 14 anos, dava se bem com o uso de números e logo se tornou o contador da empresa, o que o possibilitou conhecer, se não a totalidade, uma quantidade expressiva dos funcionários. Era conhecido por todos, por ser ele a efetuar os pagamentos.

Sobre a relação do senhor Waldir com o Clube, transcrevo abaixo o diálogo, a resposta da senhora Sandra à seguinte pergunta:

O que o senhor Talabar esperava do Clube? Em que ele acreditou quando aceitou o convite e começou a frequentar o clube?

Ele acreditou naquele espaço, que era um espaço frequentado por negros, por não haver na cidade espaço de sociabilidade que pudessem frequentar. E, como presidente do Clube, lutou por melhorias da vida dos negros. Ele tinha muita amizade que o possibilitou, por exemplo, negociar pequenos pedaços de terra para ampliar ao espaço onde fica situado o clube hoje, o bloco de carnaval também cresceu e junto a quantidade de sócios contribuintes, o que viabilizava o pagamento das despesas em prol da melhoria do clube. (Entrevista concedida por Sandra Talabar, em outubro de 2022).

Figura 9 – Ata da Assembleia Geral do Clube Mundo Velho



Acervo de Sandra Talabar

Figura 10 - Da esquerda para direita 5º- Waldir Talabar



Acervo de Sandra Talabar

Figura 11 - Da direita para esquerda, 4º - Waldir Talabar



Acervo de Sandra Talabar

Com relação ao tema das relações raciais no interior do clube, a senhora Sandra, embora não negue o preconceito racial na cidade, apontava ter crescido sem ouvir falar a palavra racismo, que era um “assunto” que não era falado no interior de sua casa e também no do Clube. Dona Sandra afirma que o clube se consagrou como um espaço agregador, onde havia pessoas de todas as raças e classes sociais e que a maioria dos sócios era “gente preta”. Podemos constatar tal afirmação no jornal *O Contemporâneo*, no início da década de 1890, quando o primeiro censo municipal, na República, gerou debates em relação à autodeclaração da raça. (Marcelo, 2022), assim afirma Paulina Alberto:

Em um sistema político onde igualdade tinha pouco sentido, mas onde argumentos invocando sentimentos poderiam conter o avanço da legislação racista, a metáfora da fraternidade, com suas mútuas obrigações de amor e respeito familiar implícitas, proveram aos homens da classe de cor uma arma estratégica em sua luta contra a exclusão racial. (Alberto, 2011, p. 44).

Sandra Talabar relata que, junto aos irmãos Cristina e Carlos Talabar, começou a frequentar o Clube Mundo Velho ainda na década de 1950, com apenas quatro anos, quando seu pai foi convidado para se associar ao clube. Coroada na década de 1970, foi princesa e rainha da primavera. A criação da coroação rainhas/princesas da primavera se deu durante o mandato de Olinto Mateus. De acordo com Marcelo, este criou o departamento feminino para o Mundo Velho, visando integrar as mulheres na organização e gestão das festas promovidas pelo clube. E as coroações eram organizadas por estas sócias. A atuação das mulheres na organização das festas foi central para a reelaboração das antigas práticas afrodescendentes no

âmbito privado do clube (Marcelo, 2022).

Figura 12 - Sandra Talabar: Porta Estandarte 1970



Acervo de Sandra Talabar

4 ECOS DAS MEMÓRIAS: O ASSOCIATIVISMO NEGRO EM SABARÁ

No primeiro capítulo, a discussão em torno do associativismo negro nos permitiu solapar antigos mitos que o Brasil criou para si, segundo os quais, depois do 13 de maio, surgiu um país em perfeita harmonia racial. Verificamos que a passagem do da escravização para uma sociedade capitalista se deu sob muita segregação em relação ao povo negro. Proporcionada pelo racismo e pelo preconceito, a abolição não foi uma espécie de dádiva concedida à população negra por uma elite progressista e pela então princesa Isabel, a verdade é que passado esse momento, tal população encontrou saída não união, o que os possibilitou se organizarem para disputar espaços institucionais.

No segundo capítulo, trouxemos a evidência a história oral como metodologia utilizada. As memórias, aqui, são compreendidas enquanto redes de vivências que ressignificam trajetórias, evidências histórias, e anunciam lembranças que, até então, eram anônimas. Estas lembranças são reinventadas a partir de experiências individuais e coletivas que revelam uma cultura, um costume ou uma tradição.

O presente capítulo aspirou aventurar-se pelos ecos encontrados no Clube Social Mundo Velho, recuperando relatos da Dona Sandra e desenvolvendo análises sobre a memória como elemento pertinente para nosso registro. Vale lembrar que o pano de fundo para esse movimento está pautado na história Oral, que, entre os conceitos usados, evidencia a parte de um passado negligenciado e invisibilizado. Entendemos esse registro como um movimento de ruptura, com uma narrativa colonial e racista, ao resgatar a história negra de um clube social de suma importância para a sociedade brasileira.

Foi em um dia de setembro, quando falei pela primeira vez com senhora Sandra Talabar. Cheguei até ela por intermédio de um amigo, depois que o procurei para que me ajudasse a encontrar a atual gestora do Clube Mundo Velho. Ao me apresentar, por telefone, a senhora Sandra foi bem receptiva e amável. Ela falou sobre vários acontecimentos que ocorreram antes de tornar-se gestora do Clube Mundo Velho, salientando que, mesmo cheio de dificuldades, o clube continua a ser frequentado.

Senhora Sandra também procurou nos trazer a informação de que o historiador Marlon Marcelo havia terminado uma volumosa pesquisa historiográfica sobre o surgimento do Clube Mundo Velho. Marcelo realizou a dissertação de mestrado – “A liberdade se torna festa em um Mundo Velho: Associativismo negro, carnavais, família e trabalho no pós-abolição em Sabará, Minas Gerais (1894 – 1945)”. Trata-se de uma pesquisa minuciosa, escrita durante os anos de 2020/ e 2021, sobre a constituição do Clube em sua fundação. O objetivo do historiador era

fazer um resgate histórico sobre o surgimento do Clube Mundo Velho. A leitura da pesquisa do Marcelo e os relatos da dona Sandra, especialmente os registros de memórias, trouxeram me muitos elementos que me ofereceram subsídios para melhor entender esse processo histórico.

Entre as primeiras frases que disse para ela, havia aquela sobre o já decorado conceito: *“Os Clubes Sociais Negros foram um espaço de sociabilidade construído por negros e seus descendentes no pós-abolição...”* Dona Sandra, em uma entonação que sugeria ter ouvido a mesma afirmação por várias vezes, responde:

Infelizmente, tenho que dizer que o Clube Mundo Velho não foi criado por negros e seus descendentes. A partir daí tudo ficou meio turvo, várias possibilidades passaram em minha mente. As pesquisas até agora realizadas perdiam um pouco seu sentido. Estava muito aguçada a conhecer esta história que dona Sandra traz como a verídica e marquei de ir encontrá-la na em sua casa. (Dona Sandra).

Na semana seguinte, aconteceu meu primeiro encontro com a senhora Sandra, fui recebida em um bairro no centro de Sabará por uma senhora, já grisalha, muito sorridente e receptiva. Quando entrei em sua sala, avistei sua mesa de jantar repleta, centenas de documentos, entre atas de reuniões, recibos, recortes de jornais e muitas fotos, que datavam desde a fundação do clube, sua primeira diretoria, festas e desfiles de carnaval.

Talvez por perceber meu olhar de estranhamento ao ver tais documentos em sua residência, senhora Sandra, apontando em direção a uma fotografia pendurada na parede de sua sala, inicia a prosa dizendo: *“Sou filha de um presidente do Clube Mundo Velho e frequento o Clube desde 4 anos de idade”*. Na foto, em preto e branco, havia um jovem negro, alto e sorridente. Tive uma sensação momentânea de já conhecê-lo, mas, quando cheguei mais perto, o vi muito parecido com meu pai. O que me fez resgatar várias memórias. Confesso que foi impactante esse momento e, assim, começamos nossa conversa, que durou mais de cinco horas.

Foram muitos relatos trazidos pela senhora Sandra, estes se confluíam entre estar ainda resistindo naquele espaço e o porquê de ali ainda estar. Sentir o carinho incutido em suas memórias a respeito do Clube Mundo Velho foi o momento no qual me senti privilegiada e mesmo tempo vulnerável. Tudo ali falava muito sobre mim. Como pesquisadora, minha preocupação foi delimitar o eu das vivências relatadas nesta entrevista. Matéria essencial das entrevistas, recorreremos às memórias da Senhora Sandra. Saliento que, ao entrevistá-la, não nos interessou a exatidão do fato histórico, ou verdade histórica. Evocamos suas memórias, considerando seus silêncios, esquecimentos, reiteraões, linguagem não verbal e o cotejamento com fontes escritas e imagéticas. (Silva, 2010, p. 68-73).

O segundo encontro com a senhora Sandra Talabar ocorreu na sede do Clube Mundo

Velho. Marcamos de nos encontrar no meio da tarde. Nesse dia, chovia muito em Sabará. Cheguei um pouco atrasada, havia me perdido pelas ruas estreitas, e especialmente frias, da cidade, mas, quando a encontrei, fui novamente recebida com um largo e afetuoso sorriso e com vários outros documentos que queria me apresentar.

Havia, desta vez, também alguns desenhos feitos por uma artista local que dona Sandra contratou para fazer uma restauração dos traços da primeira diretoria do Clube. Ver aqueles rostos, olhos, traços naqueles desenhos foi como voltar ao século passado. Uma diretoria composta por homens brancos, ricos e poderosos de Sabará, segundo dona Sandra, *“homens corajosos que não se conformavam como a população negra era tratada no que se dizia respeito à cultura, à religião e às relações no seio da cidade”*.

A senhora Sandra começou a prosa me contando como tudo começou. Logo no início, percebia ser uma fala muito fiel ao que eu havia lido no trabalho do historiador Marlon Marcelo, quando este transcreveu relatos de dona Sandra referentes à fundação do Clube. Todavia, agora se tratava de uma conversa na qual uma mulher negra estava propondo um diálogo a partir das vivências dos atores principais, ou seja, os negros. Elucidei à dona Sandra que nossa pesquisa parte do protagonismo de atores negros e negociações costuradas com a sociedade racista sabarense para sobreviver, e, por isso, partindo de algumas bibliografias a respeito do tema e do levantamento historiográfico realizado pelo historiador Marcelo, procuraríamos descortinar as memórias e histórias de fundadores, diretores e negros do Clube Mundo Velho, tais quais as de seus descendentes.

Agora, houve uma pausa, mas prontamente percebi que o olhar da dona Sandra transmitia um misto de desconfiança e brilho, talvez por ser parte desse movimento que se iniciou no século passado, ser filha do presidente do Clube na década de 1970, ter a posse de uma quantidade considerável de documentos e ainda não ter tido o protagonismo das ações de sua família, que agrega há anos valores, sentimentos e histórias do Clube Mundo Velho. Como se houvesse combinado, bem no começo de nossa conversa, eis que chega ao clube, um senhor, negro, magro, com uma voz macia e serena que a senhora Sandra chamou por JJ.

JJ foi ao Clube naquela tarde em resposta a um anúncio que a senhora Sandra, que havia fixado na fachada do Clube, visando convocar antigos associados para que retornassem e novamente se posicionassem como sócios-colaboradores para ajudar na manutenção do Clube. Convidamos JJ a se assentar conosco para ouvir a história da fundação do clube. Ele aceitou ao convite, assentou-se e pôs-se, assim como eu, a ouvir dona Sandra.

4.1 Clube Mundo Velho - Redes de Sociabilidade e Compadrio

Passamos aqui a analisar as práticas/táticas utilizadas pelos sócios do Clube Mundo Velho, a discussão ressalta as experiências de racialização e estratégias utilizadas pelas pessoas negras e a consolidação do associativismo negro em Sabará na primeira metade do século XX.

O Clube Mundo Velho nasce em 1894, seu idealizador foi José de Paula Pertence. Ele era descendente de portugueses. Desde jovem recebeu uma boa educação e instrução. Como profissão, seguiu os passos de seu progenitor e tornou-se ourives, mantendo uma oficina de joias na rua do Carmo, continuou a senhora Sandra. Sua família era muito respeitada e atuava em lugares notáveis e respeitados na sociedade sabarense. Era um homem branco, alto, culto, de olhos azuis. Entendia muito das artes, era cenógrafo e tocava vários instrumentos e os consertava também. Era descendente de português com alemão. (Sandra Talabar)

Sobre José de Paula, Marcelo salienta que:

Era o quinto filho do casal Antônio de Paula Pertence e Anna Candida Sirqueira. Vivia com sua esposa, Ana Cândida Magalhães, e seus filhos em uma casa doada por seu pai, no morro da intendência, atrás da igreja das Mercês. Como profissão, seguiu os passos de seu progenitor e tornou-se ourives, mantendo uma oficina de joias na rua do Carmo. Era membro do corpo de jurados da câmara municipal e tenente da 4ª Companhia do Batalhão de Infantaria da milícia cívica da cidade. Seu pai, o alferes Antônio de Paula Pertence, era muito respeitado, especialmente por sua longa atuação na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e na Santa Casa de Misericórdia. Seu irmão mais velho, Antônio de Paula Pertence Júnior, era proprietário do jornal A Folha Sabarense e havia sido vereador do município. Seu irmão mais novo, Tobias de Paula Pertence, foi nomeado naquele mesmo ano o juiz de paz da cidade. O padrinho de José, Antônio Firmino de Souza Roussin, fora vigário da paróquia, renomado tesoureiro da Santa Casa de Misericórdia e presidente da intendência municipal no ano de 1891, na mesma época em que seu irmão mais velho foi eleito vereador. (Marcelo, 2022, p. 42).

A família Pertence morava no centro da cidade, e de lá ouviam durante a noite o *Batuque*, vindo lá do alto de morro da Intendência. Pouco sabemos como eram esses batuques em Sabará, qual era a periodicidade deles, ou se tinham algum caráter religioso. Sabemos, apenas, que eram realizados geralmente nas partes altas da cidade em casas alugadas ou nos terrenos de algum dos participantes, sendo compostos principalmente por pessoas negras (Marcelo, 2022). Neste morro, havia alguns casebres que seus proprietários alugavam ou cediam aos negros para se reunirem. E lá eles dançavam no barranco até a terra ficar bem socada e brilhando como chão de cimento. Essas festas eram realizadas por pretos e para os pretos, mas muitos brancos iam também como convidados (relatos da senhora Sandra Talabar, 2022).

A escolha do Morro da intendência para a execução dos batuques, de acordo com a senhora Sandra, seria porque, no fim do século XIX, essa região era povoada, sobretudo, por

homens e mulheres libertos, que, após a Abolição da escravatura, passaram a edificar pequenas palhoças nesse local, a fim de não estar muito distante da sede do município. Por viver com sua família no centro da cidade, morro da Intendência, José de Paula Pertence tinha conhecimento da repressão das autoridades sabarenenses no que diz respeito à cultura e à religião afro-brasileira, ao ouvir o batuque no alto do morro dizia: *“Temos que encontrar uma forma desses negros poderem se encontrar e exaltar sua cultura ‘além-mar’”*

Marcelo, ainda durante a sua pesquisa, realizou uma entrevista com a neta de José de Paula Pertence sobre a fundação do Clube Mundo Velho. Trata-se da senhora Maria Spegar Pertence, nascida no ano de 1924, portanto ela não viveu o momento da fundação do Clube Mundo Velho e do Clube Sabará, tampouco conviveu com seu avô. Sua narrativa advém de memórias de familiares e das experiências vividas em sua juventude na década de 1920/30, uma época em que as características raciais eram definidoras da formação e participação no quadro de sócios dos clubes sociais e carnavalescos da cidade (Marcelo, 2022, p. 42).

Meu avô, ele gostava muito dos pretos, ele era ourives também. O sogro dele, que era o pai da minha avó, tinha uma oficina de ourives muito grande, fábrica mesmo, de joia artesanal, e tinha muitos escravos.... Com o término da escravidão... com a abolição da escravidão, o meu bisavô... ele falava: “como que eu vou fazer com esse povo todo aqui. Eu não tenho dinheiro para pagar o salário deles todos.” Aí juntou os filhos, que era uma família muito grande, e ele distribuiu para cada filho um casal ou dois de escravos, e distribuiu.... Eles trabalhavam em casa pros filhos dele e trabalhavam na oficina também, e meu avô então gostava muito desses pretos que trabalhavam com ele. E ele tinha também oficina de ourives, porque ele também era artesão. Então, ele se revoltou com esse negócio do Padre Marques e falou: – Padre Marques, que negócio é esse que você fez clube pra branco? E você se esqueceu dos pretos. Por que os pretos não merecem um clube como os brancos merecem? (Maria Spegar Pertence)

Os encontros com batuques eram também chamados de Baile das Violetas. Ao explorar esse termo, Lurdes Guerra salienta que, na virada do século, a cor violeta era associada às pessoas mais humildes da cidade. (Guerra, 2014, p. 66). Existia muita truculência das autoridades imperiais que tratavam encontros como contravenção. Marta Abreu afirma que contavam com “caminhos de tolerância em meio a perspectivas de controle”. (Abreu, 1999, p. 339).

A família Pereira Vieira era uma antiga família negra sabarense responsável pela organização dos batuques, lundus e festas católicas da cidade. As irmãs Laura de Assunção Pereira e Maria Madalena Pereira e os demais familiares organizavam os Batuques. Maria era casada com José Pereira Vieira, também frequentador do batuque. Segundo a senhora Sandra, ele era um homem alto, magro, negro, e tocava berimbau. Era alfaiate e eleitor da comarca de

Sabará, o que lhe concedia uma extensa rede de relações pessoais com membros da elite política local, (Marcelo, 2022), formando com isso uma rede de proteção. Aproveitando de sua ampla rede de relações, José Pereira Vieira, em 1885, convida o procurador da câmara municipal, Antônio Augusto Araújo Vianna, e sua esposa para apadrinhar José Sabino Pereira Vieira, seu filho. Em 1887, convida José de Paula Pertence e esposa para serem padrinhos de seu filho Zacarias.

Figura 13 - Registro Batizado: José Sabino Pereira Vieira

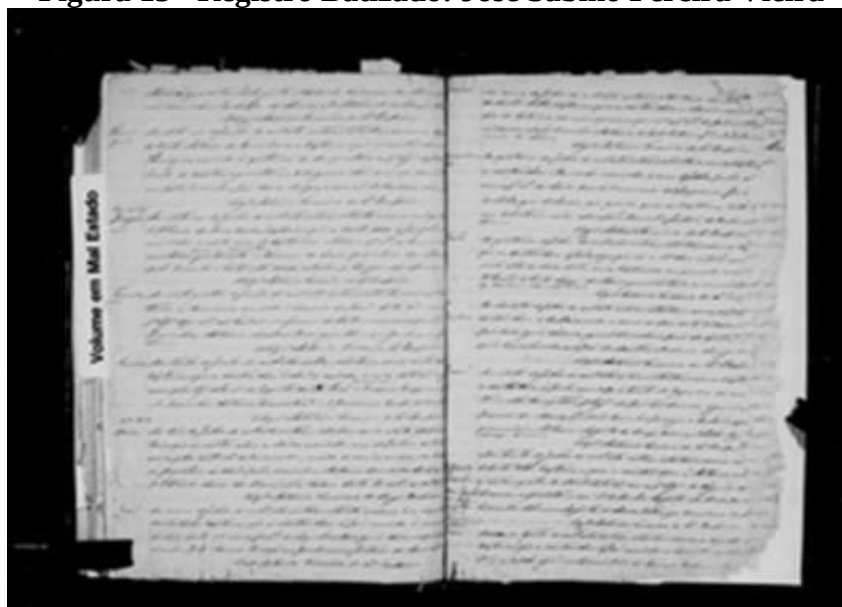


Figura 14 - Registro Batizado: Zacarias



Este documento chamou muita atenção ao mostrar a existência de vida. Em nossa sociedade contemporânea, a escrita é a vida. Em uma certidão, mostra-nos o início da existência, colocando-nos então nessa árdua tarefa, ou seja, estamos entre o resgate da oralidade e o manuseio dos documentos. Os laços de parentesco, no período colonial, priorizaram não somente a consanguinidade, mas também a relação estabelecida pelo sacramento do batismo.

Por meio do compadrio, os cativos poderiam estreitar relações de natureza parental com homens livres, libertos, forros e outros escravos, e estreitar laços de solidariedade (Goés; Florentino, 1997). O compadrio era “uma forma de as famílias pobres garantirem proteção de um grande senhor de terras, assim como emprego, e, por parte dos poderosos, atuava como um arregimentador de gente, levando em consideração que o econômico e o político muitas vezes se mesclavam”. (Venâncio, 2022, p. 10)

No artigo Batismo e Compadrio de Escravos: Montes Claros (MG), século XIX, Tarcísio Rodrigues Botelho, ao discutir o batismo e o compadrio de escravos em Minas Gerais no século XIX, salienta que o batismo, uma das principais origens do parentesco fictício no Brasil, era utilizado pelos escravos para estabelecimento de relações sociais na luta pela (re)construção de suas vidas comunitárias. (Botelho, 1997).

O momento em que os filhos iam adquirir o status de cristãos era utilizado para garantir a extensão de laços de parentesco através do apadrinhamento e do compadrio. Inicialmente de caráter religioso, o compadrio, no Brasil, derivou em importantes laços sociais, envolvendo também os escravos. O peso que o apadrinhamento e compadrio possuía na sociedade brasileira católica e tradicional o transforma em instrumento privilegiado para se perceber as redes construídas pelo cativo ao longo de sua vida, das quais ocasionalmente lançavam mão. (Botelho, 1997).

Para Kátia de Queirós Mattoso, os padrinhos eram escolhidos entre as populações livres, libertas e escravas. De modo geral, os padrinhos livres, sobretudo, deviam ser influentes e, mesmo não possuindo grandes extensões de terras, deviam ter bom relacionamento e gozar de prestígio perante a comunidade (Mattoso, 1982, p. 89). Pela relação de compadrio, criou-se um conjunto de expectativas recíprocas entre José Sabino Pereira Vieira e José de Paula Pertence. Essa relação afetiva possibilitou a estruturação e consolidação do clube como instituição. Estratégias de manutenção das lógicas paternalistas empreendidas pelas antigas classes senhoriais foram utilizadas para formalizar um espaço que possibilitasse alcançar melhores condições de vida para a população negra.

Percebemos a relação de José Pereira Vieira e José de Paula Pertence, como um aumento da rede de proteção, prestígio e poder na hierarquia social, para o primeiro. Apesar de essa relação configurar-se uma interação entre grupos hierarquicamente desiguais, a escolha dos

padrinhos por Pereira Vieira foi estratégica, existia uma certa conveniência, optou-se por formas de resistência que não desafiassem, mas que manipulassem as forças coercivas do sistema.

Venâncio entende esse compadrio como um pacto entre grupos hierarquicamente desiguais, em que eram prometidos a pessoas recém-libertas proteção, prestígio e poder. Em contrapartida, estas pessoas, em sua grande maioria, mantinham uma relação bem similar de subordinação, semelhante ao período da escravidão, em troca de uma rede de proteção.

Laços de parentesco construídos através de laços rituais (o batismo), que geram laços de compadrio, acabam intensificando relações de obrigação e dominação, baseadas na raça. É a sofisticação da atualização do racismo na sociedade brasileira e as formas como ele encontra de se mascarar – o que não faz dele menos violento. (Venâncio, 2022, p. 11).

Essa prática fazia parte do jogo de interesses e comportamentos em uma ordem em que aqueles que não tirassem vantagem das trocas para obter certos ganhos poderiam estar condenados ao enfrentamento de incertezas e riscos maiores. Nesse sentido, a obtenção de ganhos não se dava apenas no jogo das trocas econômicas, mas, sobretudo, por meio de lealdades e compromissos firmados entre indivíduos que compunham diferentes redes hierárquicas (Souza, 2014, p.2)

Utilizando-se do batismo como um elo que unia dois grupos tão distintos, José Pereira Vieira, com suas “redes de compadrio”, pode ter sido a peça-chave para contornar a situação vivida pelos batuques na época” (Marcelo, p.55). Segundo os relatos da dona Sandra, partiu dele o pedido para que o conceituado José de Paula Pertence intercedesse, com sua rede de amigos, a favor do batuque dos povos negros junto às autoridades imperiais e, posteriormente, criasse o bloco de carnaval.

Portanto, percebemos que essa união do José Pereira Vieira e José de Paula Pertence pode ser ter colocado o primeiro em duas posições: enquanto uma poderia suavizar as violências sofridas, com a vantagem da troca e/ou de alguns ganhos; simultaneamente a outra o colocava em uma relação desigual, hierarquicamente inferior.

Assim, no pós-abolição, vemos a intensificação de uma prática que moldaria a nova faceta da dominação racial em solo brasileiro: se antes brancos detinham o poder sobre os negros porque os últimos eram considerados objetos de pertença dos primeiros, essa relação se atualiza e a hierarquia entre ambos se mantém a partir dos laços de compadrio. (Venâncio, 2022, p. 10).

Os relatos da senhora Sandra, fotos e documentos, tal qual a pesquisa do Marlon

Marcelo, permitiu-nos vislumbrar a amplitude do projeto de sobrevivência da população negra sabarense no pós-abolição. Negociava-se o direito a ser cidadão, a sobrevivência de seus descendentes e o respeito à sua cultura e religião. O Clube Mundo Velho emerge como espaço de sociabilidade, recreação e lazer, como acima nos salientou Escobar, ao nos trazer o conceito para Clubes Sociais Negros, além disso, ele emerge a partir de estratégias de negociação entre ex-escravizados e seus descendentes, no intuito de suavizar a dura realidade que vivam na cidade de Sabará no pós-abolição.

Tal afirmação se dá por entender que, na condição de ex-escravizados ou descendentes, os indivíduos se depararam com uma conjuntura marcada por imprevisibilidades e incertezas. Assim, uma das formas encontradas por estes agora libertos foi fomentar redes de proteção e sociabilidades. Negros e negras negociaram com brancos, formas de serem reconhecidos como cidadãos, o direito de se mover dentro de uma sociedade intolerante e racista. Logo, o Clube Mundo Velho surgiu de interesses em comum, em que, para ampliar ou manter seu status social, homens brancos com notoriedade na cidade se reúnem para “ajudar” os ex-cativos a formalizar seus batuques, criando uma sociedade carnavalesca, enquanto negros e negras negociavam sua cidadania e sociabilidade.

XX, percebemos que, ao menos, esse cargo era alternado entre os membros das famílias dos fundadores. Nesse sentido, verificamos que, até a década de 1930, os cargos de diretoria eram destinados a pessoas letradas e com certo prestígio na cidade. Até o período mencionado, a comunidade negra do clube não assumia posições de gestão, concentrava-se principalmente na execução das festas e na participação no bloco carnavalesco. (Marcelo, 2022, p. 63).

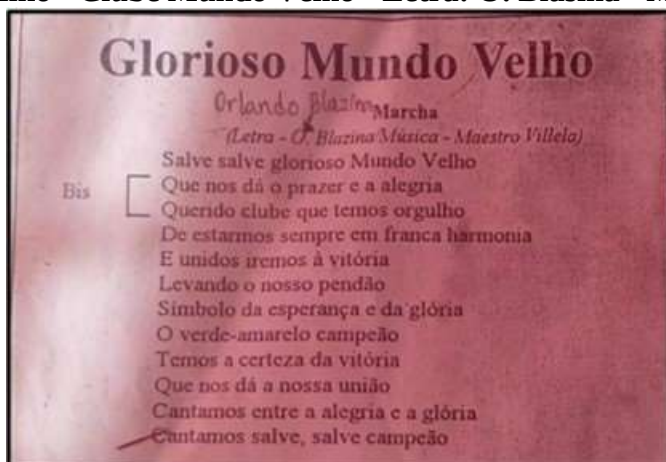
A partir da análise de fotografias da época percebemos claramente esta negociação quando percebemos uma formação da diretoria no Clube, ao analisar os nomes eleitos para presidir o clube nas primeiras décadas do século XX, percebemos que, ao menos, esse cargo era alternado entre os membros das famílias dos fundadores. (Marcelo, 2022)

Figura 15 - Placa de Fundação - Clube Mundo Velho



Acervo de Sandra Talabar

Figura 16 - Hino - Clube Mundo Velho - Letra: O. Blasina - Maestro: Villela



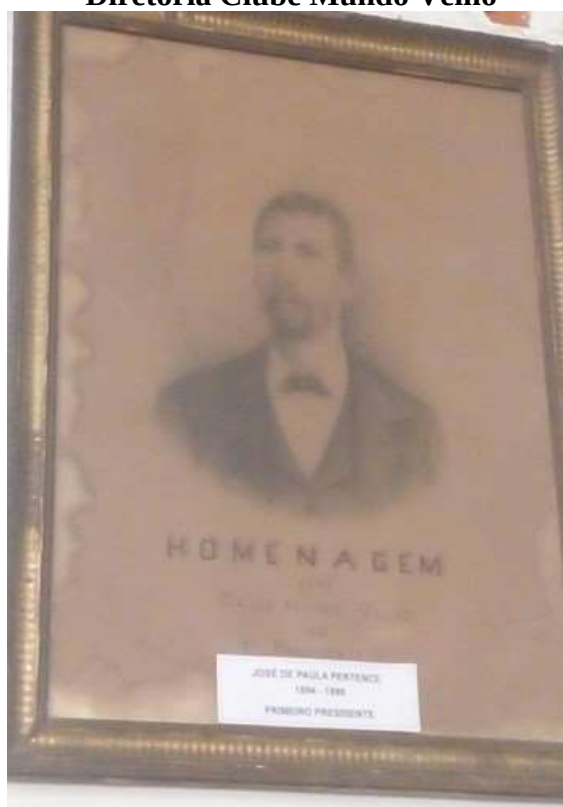
Acervo de Sandra Talabar

Figura 17 - Entrada Atual Sede Mundo Velho



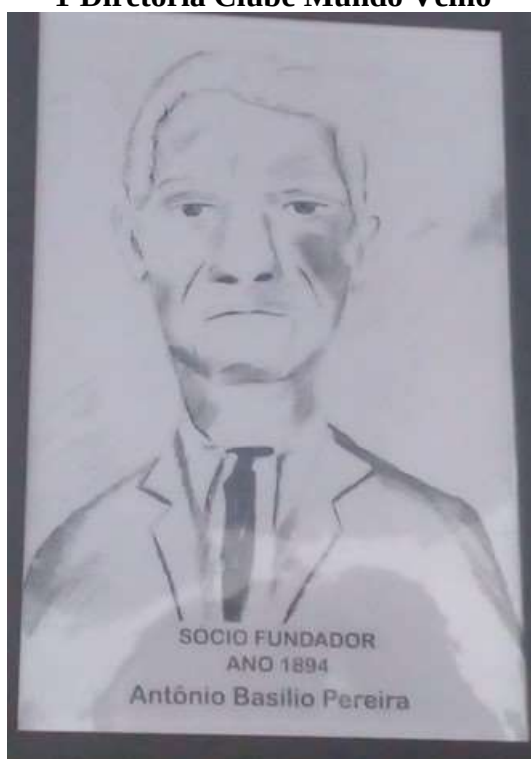
Acervo de Sandra Talabar

**Figura 18 - Primeiro presidente Clube Mundo Velho: José de: Paula Pertence – 1ª
Diretoria Clube Mundo Velho**



Acervo de Sandra Talabar

**Figura 19 - Antônio Basílio Pereira-
1ªDiretoria Clube Mundo Velho**



**Figura 20 - Francisco Ramos – 1ª
Diretoria Clube Mundo Velho**



Acervo de Sandra Talabar

**Figura 21 - Augusto Crispiniano Pereira
– 1ª Diretoria Clube Mundo Velho**



**Figura 22 - Francisco Rosa Viterbo 1ª
Diretoria Clube Mundo Velho**



Acervo de Sandra Talabar

**Figura 23 - João Chrysostomo Pereira –
1ª Diretoria Clube Mundo Velho**



**Figura 24 - Luiz Candido Pereira – 1ª
Diretoria Clube Mundo Velho**



Acervo de Sandra Talabar

Figura 25 - Sócios do Clube José do Patrocínio. Acervo O acadêmico. 1906

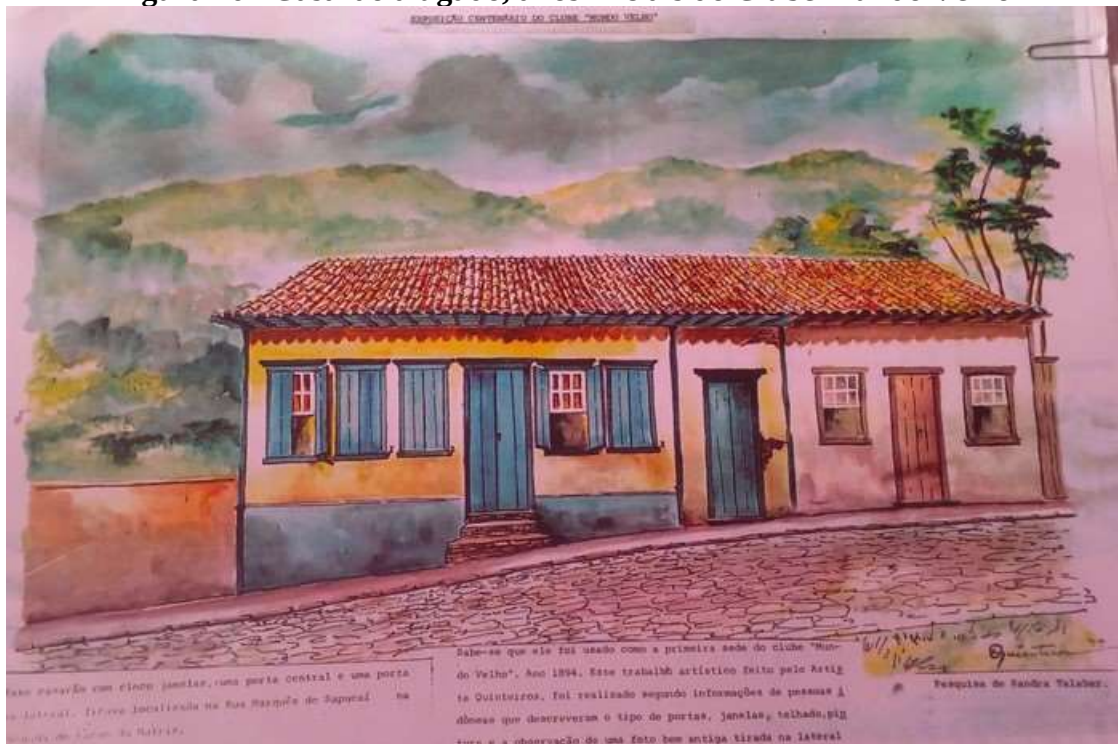


Acervo de Sandra Talabar

No centro da imagem (FIG.25), encontra-se de pé o ourives e primeiro presidente do clube Mundo Velho, **José de Paula Pertence (1)**. No canto direito, sentado na terceira fileira, encontra-se o alfaiate **José Pereira Vieira (2)**, um dos membros fundadores do Mundo Velho e integrante dos batuques do morro da intendência. Ainda podemos destacar outros membros do Mundo Velho, como o alfaiate José Sabino Vieira (3), filho de José Pereira Vieira, de pé; o carregador Joaquim Tripui (4), e os comerciantes Justino da Silva (5) e Tudé (6). Percebemos, ao analisar essa fotografia, que os agora fundadores do Clube Mundo Velho também atuavam em outras redes associativas, destacamos **José de Paula Pertence e José Pereira Vieira**. Segundo Marcelo (2021), eram inúmeras e de vários caracteres, cultural, político, profissional e/ou recreativo. O Clube José do Patrocínio, uma associação negra, fundada no dia 13 de maio de 1906, em Sabará, reunia profissionais liberais, operários da indústria, funcionários públicos e trabalhadores não especializados. (Marcelo, 2022, p. 78). A participação de homens e mulheres negros nesses Clubes permitiu que estes ampliassem redes de proteção, por meio de vínculo profissional e sociais, com famílias abastadas. Por meio dos bailes e encontros no clube, os sócios fortaleceram seus vínculos profissionais, integraram novos membros e, consequentemente, ampliaram suas redes de familiaridade e solidariedade. (Marcelo, 2022, p. 67). Por não haver políticas de inserção social e cultural nos anos iniciais da primeira república, as redes de apoio eram uma alternativa possível de mudar sua condição na sociedade.

Antes da construção da sede do Clube, as reuniões aconteciam em um casarão alugado localizado na rua Marquês de Sapucaí, e o aluguel era pago com as mensalidades que os associados pagavam.

Figura 26 - Casarão alugado, anos iniciais do Clube Mundo Velho



Acervo de Sandra Talabar

4.2 Carnaval: Uma Forma de Sociabilidade negra no Pós-Abolição

O Brasil é o país do carnaval, afirma o historiador Eric Brasil, em sua tese de doutorado. Ao pesquisar sobre a cidadania e cultura negra pós-abolição no estado do Rio de Janeiro, o doutor assegura que, “Pós-Abolição, as sociedades carnavalescas negras também se valeram de visões de mundo, práticas e formas das elites brancas, assim como buscaram nelas aliados. Porém, recriaram tais práticas de acordo com seus interesses e expectativas” (Brasil, 2016). Sobre a relação entre a comunidade negra e o batuque, Coelho coloca que:

A necessidade do negro em reforçar sua identidade, não apenas como elemento da força de trabalho, mas como participante da esfera cultural africana, impulsiona as manifestações sociais (danças e batuques) nos quilombos, nas plantações e cidades. Com o processo de crioulistização ou mestiçagem, a necessidade dos negros de novas estratégias para manutenção das tradições culturais revela a permanência das modificações dos batuques. O intercâmbio de elementos socioculturais demonstra a fragilidade e a necessidade de adaptação dos ritmos... com o surgimento da modinha, do maxixe, do lundu e do samba. Com o advento da Abolição, várias questões econômicas se apresentam nas comunidades negras e um novo panorama étnico social se instaura no País. (Coelho, 2014, p. 48).

O Clube Mundo Velho surge de uma negociação entre homens notórios da cidade, que vislumbraram, na fundação de uma sociedade carnavalesca, possibilidades de manutenção de poder perante ex-escravizados e seus descendentes, e grupos negros, integrantes dos batuques,

que ambicionavam por sociabilidade e cidadania, portanto acreditavam na formalização do clube. Cabe ressaltar que a adoção de determinadas práticas não se caracterizava como excludente de outras, mas como uma possibilidade de trânsito entre as diferentes formas de sociabilidade.

Os sócios do Mundo Velho estabeleceram, nos primeiros anos da agremiação, diferentes práticas coletivas, mantiveram a execução dos batuques, e, concomitantemente, participavam dos desfiles dos cordões e/ou carros alegóricos, mais atraentes para as autoridades locais. Quanto ao tema, a senhora Sandra nos relata que “os bailes e encontros aconteciam na casa dos associados “pretos”, não soube dizer ao certo sobre sua periodicidade nem com precisão como eram os bailes nestas casas, mas entendemos que a fundação do clube viabilizou encontros da comunidade negra na cidade de Sabará.

Figura 27 - Primeiro Ano - Desfile Bloco Mundo Velho (1894)



Acervo de Sandra Talabar

Figura 28 - Desfile Bloco Mundo Velho



Acervo de Sandra Talabar

Figura 29 - Desfile Bloco Mundo Velho



Acervo de Sandra Talabar

Figura 30 - Desfile Bloco Mundo Velho



Acervo de Sandra Talabar

4.3 Companhia Siderúrgica Mineira em Sabará (1917): Manutenção de poder - Patronagem

Qual o lugar do trabalhador livre no Brasil após a abolição? O final do século XIX ficou conhecido como um período de transição do trabalho escravo (negro) para o livre (imigrante branco), essa transição não almejava por resultado somente na transformação do trabalho, mas também a substituição do trabalhador, por não considerar o negro como parte do universo do trabalho. A ideia de incapacidade do negro para o trabalho livre e a exaltação ao imigrante branco excluem os negros das relações de trabalho.

Criada em 1917 em Sabará, a Companhia Siderúrgica Mineira em Sabará “foi o resultado das expectativas criadas pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918)”. Segundo o historiador Marcelo (2022), a procura por aço e ferro favoreceu a utilização das reservas de minério de ferro em Minas Gerais e a substituição de produtos importados

No momento de sua instalação, a Siderurgia continha um modesto complexo industrial. O Clube Mundo Velho foi muito importante em sua edificação, à medida que conseguiam empregos para trabalhar como operários do complexo industrial e indicavam outros sócios do clube. O relacionamento estabelecido entre a siderúrgica e o Clube Mundo Velho oportunizou o estabelecimento de uma extensa rede de amizade e sociabilidade entre negros e negras, pois

o espaço fortalecia os laços entre seus membros. Segundo Marcelo,

[o] Clube Mundo Velho, até então, era um espaço que congregava algumas famílias da cidade. Os cargos da diretoria e a organização dos bailes eram regidos pelas alianças familiares existentes no clube. A partir da construção da Companhia Siderúrgica Mineira, o clube passou a agregar grande parte dos operários não especializados da empresa. Não obstante, a inserção de novos integrantes obedecia a determinados critérios de seleção social. Como já dito, os operários eram integrados ao quadro de sócios a partir das relações afetivas ou de amizade e da aprovação das famílias já estabelecidas na instituição. Os novos sócios eram convertidos "em família" e passavam a participar das redes de solidariedade e proteção que o clube promovia. (Marcelo, 2022, p. 90).

Figura 31 - Vista da Companhia Siderúrgica Mineira



Acervo Arcelor Mittal. 1920

Em 1924, o então presidente do Clube Ataliba de Viterbo, a partir da proximidade com dirigentes europeus que chegaram a Sabará – pois ministrava aulas de português a estes - fez um empréstimo com a siderúrgica para a construção de um coreto no largo da matriz. Segundo a senhora Sandra Talabar:

O prédio tinha duas funções para o clube. No andar de baixo, funcionava uma barbearia, que servia de ponto de encontro para os sócios, e também havia alfabetização para adultos à noite. Na parte superior, havia um tablado para apresentações musicais e bailes. Na frente do edifício, encontra-se a igreja Matriz de Nossa senhora da Conceição; ao fundo, o Serro Dois Irmãos e o caminho que leva ao morro alto do Cabral (Sandra Talabar, 2023)

Figura 32 - Coreto do Clube Mundo Velho



Acervo Clube Mundo Velho. Década de 1920.

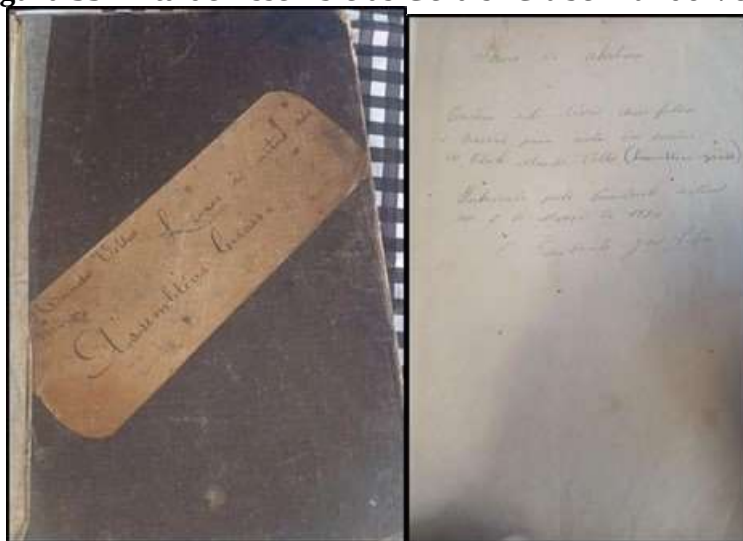
O financiamento de tal edifício pelos europeus proporcionou aos clubistas bens materiais e aumentaram suas expectativas quanto aos europeus. Estes tiveram livre acesso ao clube, apropriaram-se de uma forma de interação, bastante comum na cultura brasileira da época, definida como patronagem. Tema recorrente na historiografia política recente do período colonial brasileiro, o sistema de patronagem é um elemento discutido à exaustão nas diversas interpretações do Brasil, constituindo um dos problemas centrais da estrutura social patriarcal, herança da colonização, e as instituições liberal-democráticas, alimentando um intenso e persistente debate em torno da formação social do Brasil nos moldes ocidentais (Costa; Menezes, 2015).

Marcelo, ao pesquisar sobre a relação entre a siderúrgica e o Clube Mundo Velho, salienta que aquela possibilitou a manutenção do controle das relações de dominação. O investimento de capital feito pela siderúrgica visava estabelecer no tecido social uma relação de favor entre patrões e empregados, que reforçava a dependência desses últimos aos desígnios da nova elite local, que se formava a partir da origem europeia. E que “esse tipo de interação possibilitou que os europeus conseguissem proteger e até melhorar sua posição na estrutura de poder econômico e social da cidade” (Marcelo, 2022, p. 99).

Ao analisar fotos e documentos, percebemos que, durante um período significativo, que se inicia na fundação do clube até a década de 1930, a diretoria do Clube Mundo Velho era formada prioritariamente por indicados pela siderúrgica e sua grande maioria brancos e/ou europeus. Segundo a senhora Sandra Talabar, engenheiros e diretores da siderúrgica

frequentavam sessões no Clube Mundo Velho. Isso comprovamos em folhas de presença de assembleias. Eles eram recebidos como convidados ilustres pelos sócios do clube. Se, por um lado, essa relação legitimava o clube; por outro, essa relação que se estabelecera mediante troca de favores proporcionaria meios de continuidade do domínio dos dirigentes.

Figura 33 - Ata de Assembleias Gerais- Clube Mundo Velho



Acervo de Sandra Talabar

Ao analisar atas de assembleias, constatamos que aproximadamente, a partir da década de 1920, a diretoria do Clube Mundo Velho era alternada por uma determinada classe de trabalhadores da siderúrgica. Segundo Marcelo, “os cargos de diretoria eram ocupados por indivíduos que detinham certo capital cultural e compunham as redes familiares dos sócios, mas dessa vez se caracterizava por uma nova geração formada por filhos e sobrinhos daqueles envolvidos na fundação (Marcelo, 2022). A diretoria, que antes era ocupada por brancos e alguns poucos pardos, começa a ser ocupada cada vez por negros e negras. Segundo ata, no ano de 1936, Olinto Mateus Pereira toma posse como presidente do Clube Mundo Velho pela primeira vez.

4.4 Associativismo Negro: A Recriação de Identidades Negras - No pós-Abolição.

Se no momento de sua criação a agremiação era formada exclusivamente por brancos, membros da elite próxima aos diretores da companhia Siderurgica e posterior (1922) passou a contar com os europeus em seu quadro de sócios, agora em 1936 o Clube Mundo tem como Presidente Olyntho Matheus Pereira, homem negro, pedreiro, trabalhava na Siderúrgica.

Olynto Matheus Pereira era filho de José Pereira Vieira e sobrinho de Laura e Madalena

Pereira, fundadores do clube Mundo Velho e integrante dos batuques da intendência. e era filho de José Pereira Vieira e sobrinho de Laura e Madalena Pereira, responsáveis pela organização dos batuques no Morro da Intendência no final do século XIX.

Segundo a ata pesquisada, ele esteve à frente do clube por dois períodos, 1936/1940, depois em 1955. Conforme a Senhora Sandra, o Clube Mundo Velho era destinado prioritariamente a homens até meados da década de 1930. Olyntho chega trazendo inovações, como a criação do departamento feminino, e, posteriormente criou a coroação da rainha/princesa de primavera e porta-estandartes, 1936. Existia por parte de Olyntho uma preocupação quanto à identidade coletiva do clube. Constatamos isso no anexo (datilografado) no Livro de atas, em que Olyntho fala sobre prosperidade do clube:

Diretor de festas, senhoras do departamento feminino e João do Nascimento constituem na situação atual a alma festiva de nosso clube. Espero ainda aumentar essa legião de trabalhadores e dedicados amigos do Mundo Velho para provar que, dentro da ordem e do respeito, há de nascer uma época de prosperidade e alegria no seio social de nosso modesto clube. Espero realizar todas nossas esperanças de grandeza e evolução, pois estamos nos aparelhando para um futuro risonho e promissor. [...]. Terminando, espero merecer o apoio de todos os membros da diretoria, assim como da comissão de senhoras e de nossos auxiliares voluntários, para a satisfação coletiva desse grupo que se intitula Club Mundo Velho, cheio de tradições e dispostos a uma Victoria ampla em todos os sectores de sua vida social. (ACMV, Livro de atas, anexo datilografado de 5 de jul. de 1936).

De acordo com relatos da senhora Sandra, o concurso mobilizava as mulheres do clube. A coroação era vista como prestígio, e elas produziam as melhores fantasias comunitariamente. No entanto, a coroação das rainhas e princesas da primavera se inscrevia nas relações e nas redes de sociabilidade que perpassavam os sócios do clube. A diretoria convocava uma comissão julgadora que iria escolher as candidatas vencedoras (Marcelo, 2002).

Em 1936, Olyntho Matheus solicitou à Companhia Belgo-Mineira a construção de uma passarela de ferro para a apresentação das moças. Não há um detalhamento sobre os critérios da seleção. Maria Alice e Maria de Lurdes indicaram que, antes da década 1950, a beleza era um dos principais atributos para eleição de uma rainha. As vencedoras dos concursos eram geralmente mulheres das famílias dos gestores e familiares dos sócios mais antigos. (Marcelo, 2002, p. 203).

Figura 34 - Olyntho Matheus (ao centro) - 1940



Acervo de Sandra Talabar

Figura 35 - Coroação da segunda Rainha da Primavera, 1938



Acervo de Sandra Talabar

Figura 36 - Coroação, rainha e princesas da primavera



Acervo de Sandra Talabar

Figura 37 - Coroação, rainha e princesas da primavera



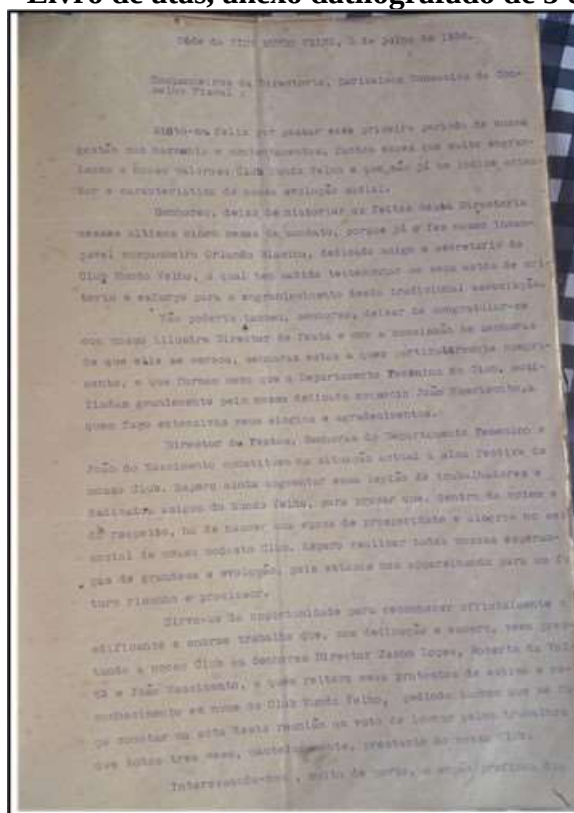
Acervo de Sandra Talabar

Figura 38 - Olyntho Matheus Pereira (1955)



Acervo de Sandra Talabar

Figura 39 - Livro de atas, anexo datilografado de 5 de jul. 1936



Acervo de Sandra Talabar

Mateus Roque salienta que, no imediato pós-abolição em Sabará, a posição da mulher na sociedade era assimilada enquanto escrava e submissa, isto é, deveria estar submetida à autoridade do pai e posteriormente à do marido. A mulher era destinada ao espaço doméstico, sem poder participar ativamente das decisões do espaço público. (Silva, 2019). Portanto, nos primeiros anos de funcionamento, o clube Mundo Velho contou com múltiplas expressões carnavalescas, as mulheres negras não ocupavam locais de grande evidência, apesar de a ata de assembleia constatar que sempre foram atuantes no espaço, mas nos anos seguintes a primeira gestão de Olinto Mateus Pereira ganhou um maior destaque no clube.

Figura 42 - Fachada Atual - Clube Mundo Velho



Foto - Glenda Vaz

Figura 43 - Entrada Atual-Clube Mundo Velho



Foto - Glenda Vaz

Figura 44 - Escudo -Clube Mundo Velho



Foto - Glenda Vaz

Figura 45 - Aviso aos sócios - 2023-Clube Mundo Velho

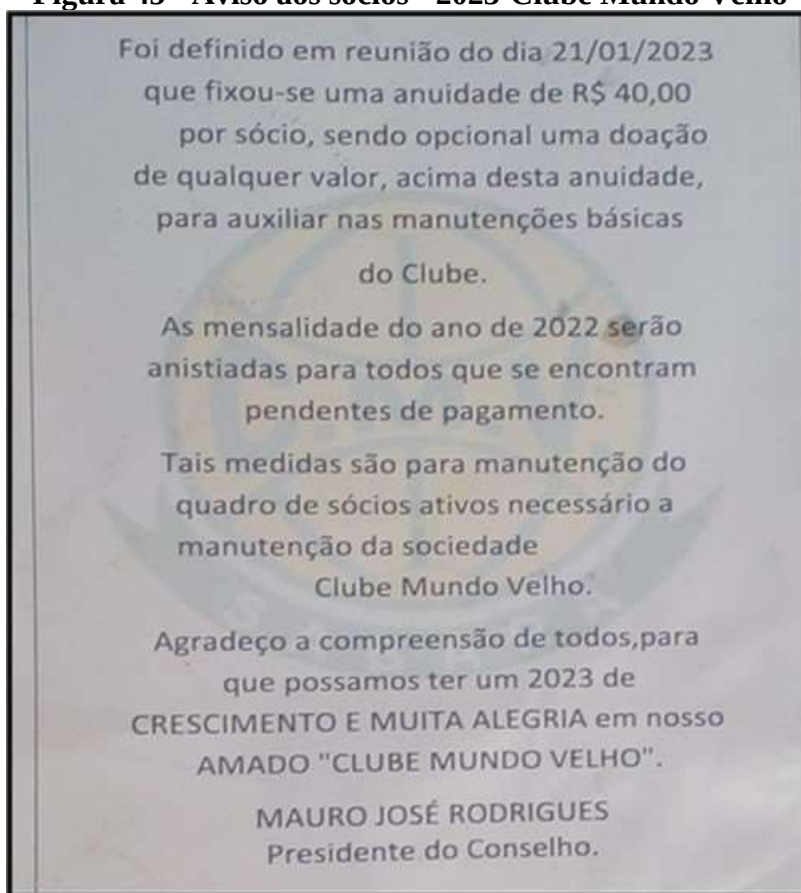


Foto - Glenda Vaz

A realidade brasileira pós-abolição sempre foi realizada pelas classes dominantes, estas combinaram o consenso e a coerção, visando a manutenção do poder. Em Sabará essa manutenção foi constituída na base do favor, da cordialidade e da negociação, manter relações com pessoas brancas tornou-se para a população negra uma estratégia, uma forma de legitimar e afirmar sua identidade perante a sociedade sabarense.

Ao analisar documentos do período percebemos uma forte presença de dependência e assimilação aos padrões, culturais e estéticos dos brancos no interior do clube.

O favor estabelecia relações de dependência com as autoridades e com as outras famílias no espaço público, o que fazia com os sócios negros do Mundo Velho tecessem suas autorrepresentações através dessas tramas que compunham o universo político e social sabarense. (Marcelo, 2022, p. 152).

Acreditamos que essa relação surgia do desejo dos sócios de construir uma representação positiva das pessoas negras, uma representação que dialogasse com uma ideologia branca e universal.

A partir da década de 1930 houve, “ reorganização do clube Mundo Velho a partir de

um parâmetro "moderno", em 1934, orientou novas práticas e expressões públicas dos diferentes atores que compunham o clube Mundo Velho”, segundo Marcelo, esses projetos coletivos foram orientados a partir das diferentes experiências acumuladas pelos sócios em distintos espaços associativos da cidade e também pelas diferentes situações que viveram desde a formação da instituição. (Marcelo, 2022).

Olyntho Matheus Pereira, a exemplo de seu Pai, José Pereira Vieira, que enquanto no seu tempo procurou formas de integrar a sociedade sabarense, favorecer seus pares e evitar confrontos com os detentores do poder, a partir de redes de sociabilidade e proximidade com a companhia Siderúrgica, como presidente do Clube Mundo Velho, Olyntho, aproveita-se das relações patronais e promove uma ascensão do Clube e sobretudo das mulheres e homens negros. “A partir de 1936, sob a presidência de Olyntho Mateus, a diretoria foi composta e chefiada majoritariamente por pessoas negras, o que permitiu maior diálogo com os associados e uma reestruturação financeira e social do clube.” (Marcelo, 2022, p. 126).

Enquanto presidente, cria departamento feminino, propõe anistia aos sócios eliminados com objetivo de aumentar o quadro social do clube; suspende os empréstimos realizados pela instituição e a partir de sua gestão, o clube passou por uma estabilidade financeira (Marcelo, 2022).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a pesquisa, o diálogo com as diversas bibliografias sobre associações recreativas negras. Tais abordagens teóricas, trazidas por pesquisadores do período pós-abolição, diferentemente da suposta coerência e ausência de conflitos, problematizaram as diferentes ações de grupos ou de indivíduos em seus mais variados contextos. Esses estudos das trajetórias coletivas dos clubes sociais negros visibilizaram-nos perceber como essa forma de organização desenvolveu-se juntamente com a nova ordem social estabelecida no período pós-abolição. Permitindo-nos analisar as redes de relações e entendermos suas alianças, disputas, tensões e contradições, mediante estratégias e negociação, essas associações proporcionaram a homens e mulheres negros mobilidade social e acesso a bens materiais.

Esta pesquisa não cogitou estabelecer 1888 como o ano de estreia do racismo e as dificuldades sociais no Brasil, pois essas diferenças raciais, de origem e de cor, também foram estruturantes nos tempos da colônia e do Império. Negros e negras, em diferentes aspectos, mobilizaram suas próprias experiências e construíram suas alternativas, entretanto, aqui, possuíam parâmetros e propósitos bem distintos dos vivenciados no final dos oitocentos. Também não aspiramos estabelecer 1888 como um marco para começo do pós-abolição, por entendermos o pós-abolição como um processo contínuo.

As experiências dos sócios do clube Mundo Velho na primeira metade do século XX evidenciam algumas das múltiplas formas de participação política e cultural da população negra na região central de Minas Gerais no pós-abolição. A mobilidade social, por meio da visibilidade que espaços associativos, possibilitou aos ex-escravizados e seus descendentes ligados aos clubes poder serem percebidos como táticas/estratégias, permitindo que negros e negras galgassem ascensão social em uma sociedade que os segregavam de todas as formas dos processos históricos.

Racializar ou pôr a ideia de raça em questão, estabelecer distinções a partir de concepções de raça, foi exercício recorrente nesta pesquisa. Essa conexão não foi simples de ser feita, mas extremamente necessária para tentar explicar uma espécie de continuidade da memória associativa. A pesquisa investiu na demonstração da capacidade de agência de ex-escravizados para sobreviver e subverter ao fim da escravidão, o que nos possibilitou identificar sujeitos e experiências de africanos e seus descendentes que coletivamente contribuíram para uma agenda cara ao movimento negro das últimas décadas.

As teorias raciais nos possibilitaram entender as desigualdades e inferioridades existentes no pós-abolição. A aposta na mestiçagem “positiva” torna-se debate central das

elites, acreditava-se em um branqueamento racial da nação, mas, a medida que o reconhecimento da negação da humanidade das gentes negras fora colocada em cheque por meio de estudos renovados sobre o pós-abolição em arquivos e também na construção de novas fontes e o reconhecimento de história oral, as armadilhas da racialização e do racismo foram se tornando mais evidentes, sendo que os trabalhos que caminham nessa direção hoje estão de ponta a ponta no país. No decorrer da pesquisa surge uma contestação definitiva sustentada em dados empíricos de que a historicidade das trajetórias negras no pós-abolição se torna inacessível em virtude do apagamento histórico.

Hoje é irrisível a crença de que em uma sociedade fundada e formada na escravidão de africanos e seus descendentes fosse possível não se ter fontes oficiais e não oficiais que permitissem falar sobre redes de sociabilidades, família, práticas culturais, entre outros aspectos que dizem respeito a uma parte tão expressiva da população naquele tempo e hoje. É importante lembrar que tal apagamento tem uma explicação, que passa pela observação da matriz de pensamento que por muito tempo organizou a relação da sociedade brasileira com o passado, os pressupostos estabelecidos sobre as pessoas que nele viveram e como se posicionavam.

Como reconhecer a multiplicidade de ação de sujeitos ex-escravizados se, após séculos de escravidão, estas pessoas seriam apenas resíduos de um capítulo superado da história desse país? A abolição, apesar de tudo, teria desdobramento onde os diferentes grupos sociais teriam estabelecido um convívio harmônico, como pregava ao mito da democracia racial, por exemplo, outro exemplo é que se essa população desaparecia via branqueamento ou mestiçagem, ela não teria que ser lembrada no tempo presente.

O Clube Mundo Velho é Preto!

Investigar as múltiplas redes de sociabilidades tecidas pelos membros das associações no pós-abolição nos possibilitou compreender as múltiplas formas e estratégias encontradas por estes. A estratégia era negociar. Negociava-se trânsito nos espaços de sociabilidade. Negociava-se sua estética e seu protagonismo na intenção de alcançar sua cidadania. Pois, com o aperfeiçoamento das lógicas de dominação pós-abolição, tornara-se uma forma encontrada de garantirem emprego e proteção.

As memórias da Senhora Sandra nos possibilitaram compreender os sentidos dessas redes associativas negras, sua experiência cidadã e as estratégias de mobilização nos anos iniciais da República. Não restando dúvidas que o Clube Mundo Velho representa um fértil caminho para se compreender as diferentes estratégias de combate ao racismo e de superação das limitações políticas, econômicas e sociais impostas pelo regime republicano e estabelece importantes referências para as identidades e formas de ação dessa população negra em Sabará.

O Clube Mundo Velho existe e resiste até os dias atuais na cidade de Sabará e traz consigo memórias vivas de uma sociabilidade negra na cidade. Sob a gestão da Senhora Sandra Talabar, segue fazendo bailes, aniversários e se organizando para se tornar um ponto de Cultura na cidade. Muitos são os desafios, a falta de subsídio que possa custear seu pleno funcionamentos, exige um enorme esforço para a gestora. Portanto, torna-se urgente pensar em elaboração de políticas públicas, capazes de conhecer, preservar e difundir as memórias do clube, saber sobre seus atores e as formas encontradas por estes de driblar a racismo existente no pós-abolição.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Martha. **O império do divino**: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- AGASSIZ, Louis. **A journey in Brasil**. Boston: Lulu Press, 1868.
- ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.
- ALBERTO, Paulina L. **Terms of inclusion**: black intellectuals in twentieth-century Brazil.
- BÂ, Amadou Hampâté. **Amkoullel, o menino fula**. Trad. Xina Smith de Vasconcellos. São Paulo, Palas Athena, 2003.
- BARBOSA, Maria Rita de Jesus. A influência das teorias raciais na sociedade brasileira (1870-1930) e a materialização da Lei nº 10.639/03. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 10, n. 2, p. 260-272, 2016.
- BATISTA, Rita de Cassia Souza Félix. **Clubes negros na espacialidade urbana de Juiz de Fora**. 2015. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, CE, 2015.
- BICUDO, Virgínia Leone. **Estudo de atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo**. 1945. Tese (Doutorado) - Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, São Paulo, 1945.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**, 11. ed. Brasília: Editora UnB, 1998.
- BONVINI, Emilio. Tradição oral afrobrasileira: as razões de uma vitalidade. **Projeto História**. São Paulo, n. 22, p. 37-48, jun. 2001.
- BOSSCHÈRE, Guy de. **De la tradicion oral a la literatura**. Seleção e tradução de Rodolfo Alonso. Buenos Aires: Rodolfo Alonso Editor, 1973.
- BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. Batismo e compadrio de escravos: Montes Claros (MG), século XIX. **Locus: Revista de História**, v. 3, n. 1, p. 108-115, 1997. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/download/20443/10862/82261>. Acesso em: ago. 2023.
- BRASIL, Eric. **Carnavais atlânticos**: cidadania e cultura negra no pós-abolição. Rio de Janeiro e Port-of-Spain, Trinidad (1838-1920). 2016. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/13959/Tese-eric-brasil-nepomuceno.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: ago. 2023.
- BRISOLA, Elisa Maria Andrade; MARCONDES, Nilsen Aparecida Vieira. A história oral enquanto metodologia dentro do universo da pesquisa qualitativa: um foco a partir da análise por triangulação de métodos. **Revista Ciências Humanas**, v. 4, n. 1, p. 124-136, jan./jul. 2011. <https://doi.org/10.32813/2179-1120.2011.v4.n1.a9>. Disponível em: <https://www.rchunitau.com.br/index.php/rch/article/view/9/8>. Acesso em: ago. 2023.

CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2017.

CARVALHO, Andréa Aparecida de Moraes Cândido. **Negros de Lages: memória e experiência de afrodescendentes no planalto serrano**. 2001. Monografia (Trabalho de conclusão de Curso em História) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2001.

COELHO, Fábio André Cardoso. O samba no Rio de Janeiro: linguagem, estilo e relações sociais. **Idioma**, Rio de Janeiro, n. 26, p. 45-59, 2014.

COSTA, Willas Dias da; MENEZES, Thereza Cristina Cardoso. Antigas e novas dinâmicas de poder e território no Médio Purus/AM. **Textos e Debates**, Boa Vista, v. 2, n. 26, p. 73-85, 2015. Disponível em: <https://revista.ufr.br/textosedebates/article/viewFile/2788/1574>. Acesso em: ago. 2023.

CUNHA, Olivia Maria Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos. Que cidadão? Retóricas da igualdade, cotidiano da diferença. In: CUNHA, Olivia Maria Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). **Quase cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral-memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017

DELMAS, Bruno; ARDAILLON, Danielle. **Arquivos para quê? textos escolhidos**. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

DOMINGUES, Petrônio José. Negros de almas brancas? A ideologia do branqueamento no interior da comunidade negra em São Paulo, 1915-1930. **Estudos Afro-Asiáticos**, v. 24, n. 3, p. 563-600, 2002. <https://doi.org/10.1590/S0101-546X2002000300006>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/R3R8p7fSCzXwvDvJLjNkpQC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: ago. 2023.

DOMINGUES, Petrônio. “A redenção de nossa raça”: as comemorações da abolição da escravidão no Brasil. **Revista Brasileira de História**, v. 31, n. 62, p. 19-48, dez. 2011. <https://doi.org/10.1590/S0102-01882011000200004>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/nLcLmkyPqsw9dYC3JZGJkng/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: ago. 2023.

DOMINGUES, Petrônio. **A insurgência de ébano: a história da Frente Negra Brasileira (1931-1937)**. 2005. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

DOMINGUES, Petrônio. Associativismo negro. In: SCHWARCZ, Lília; GOMES, Flávio. **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018a. p. 113-119.

DOMINGUES, Petrônio. Cidadania levada a sério: os republicanos de cor no Brasil. In: GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio (Org.). **Políticas da raça: experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2014. p.121-154.

DOMINGUES, Petrônio. Cidadania por um fio: o associativismo negro no Rio de Janeiro (1888-1930). **Revista Brasileira de História**, v. 34, n. 67, p. 251-281, jun. 2014. <https://doi.org/10.1590/S0102-01882014000100012>. Disponível em: <https://www.scielo.br/rbh/a/tVPZ74sD7FXPzSjrgh5BVtk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: ago. 2023.

DOMINGUES, Petrônio. Em defesa da humanidade: a Associação Cultural do Negro. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, v. 61, n. 1, p. 171-211, jan./mar. 2018b. <https://doi.org/10.1590/001152582018150>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/czdVhzYxKBS8RQnjKFwpLjN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: ago. 2023.

DOMINGUES, Petrônio. Fios de Ariadne: o protagonismo negro no pós-abolição. **Anos 90**, v. 16, n. 30, p. 215-250, dez. 2009. <https://doi.org/10.22456/1983-201X.18932>. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/18932/11021>. Acesso em: ago. 2023.

DOMINGUES, Petrônio. **Protagonismo negro em São Paulo: história e historiografia**. São Paulo: Edições Sesc, 2019.

DOMINGUES, Petrônio. **Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição**. São Paulo: Editora Senac, 2019.

ESCOBAR, Giane Vargas. **Clubes sociais negros: lugares de memória, resistência negra, patrimônio e potencial**. 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/10961/ESCOBAR%2c%20GIANE%20VARGAS.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: ago. 2023.

ESCOBAR, Giane Vargas. **Memória da militância negra durante a ditadura militar no Brasil e a luta antirracista através do acervo fotográfico de Oliveira Silveira (1971-1988)**. 2014. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, 2014. Disponível em: https://guaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/handle/prefix/5387/Geanine%20Vargas%20Escobar_Dissertacao.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: ago. 2023.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2013.

GÓES, José Roberto Pinto de; FLORENTINO, Manolo. **A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, 1790 – 1850**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

GOMES, Flávio dos Santos. **Negros e política (1888-1937)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

GOMES, Janaína Damaceno. **Os segredos de Virgínia: estudos de atitudes raciais em São Paulo (1945-1955)**. 2013. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-14032014-103244/publico/2013_JanainaDamacenoGomes.pdf. Acesso em: ago. 2023.

GOMES, R. et al. Organização, processamento, análise e interpretação de dados: o desafio da triangulação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves; SOUZA, Edinilsa Ramos de (Org.). **Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de Programas Sociais**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010. p. 185-221.

GRINBERG, Keila. **Código Civil e cidadania**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

GUERRA, Maria de Lurdes Machado. **Nas ruas de Sabará**. Sabará: Sociedade Educacional e Cultural de Sabará, 2014.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Intelectuais negros e formas de integração nacional. **Estudos Avançados**, v. 18, n. 50, p. 271-284, abr. 2004. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142004000100023>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/WYP8RVmB8xjQsz6ZG6S5Ttd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: ago. 2023.

HALL, Stuart. Que “negro” é esse na cultura popular negra? **Lugar Comum**, n. 13-14, p. 147-159, 2001. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/301609/mod_folder/content/0/Que%20negro%20%C3%A9%20esse%20na%20cultura%20popular%20negra%20-%20Stuart%20Hall.pdf?forcedownload=1. Acesso em: ago. 2023.

KLEIN, Herbert S.; PAIVA, Clotilde Andrade. Libertos em uma economia escravista: Minas Gerais em 1831. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 177-335, 1997.

KOUTSOUKOS, Sandra M. S. O valor da aparência: nos estúdios fotográficos, negros livres e alforriados criavam uma nova imagem para si. In: FIGUEIREDO, Luciano (Org.). **A era da escravidão**. Rio de Janeiro: SABIN, 2009. p. 79-82.

LACERDA, João Batista. **Sur les métis au Brésil**. Paris: Devougue, 1911. Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/35/1/Surlesmetis%20cdr.pdf>. Acesso em: ago. 2023.

LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e trabalho em uma economia escravista**: Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. Associativismo civil e representação democrática. In: SCHERER-WARREN, Ilse; LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn (Org.). **Movimentos sociais e participação**: abordagens e experiências do Brasil e América Latina. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011. p. 115-140.

MARCELO, Marlon. “Êta Mundo Velho!”: associativismo negro, cidadania e civilidade no clube Mundo Velho em Sabará (1887-1910). 2018 (Monografia de bacharelado em Antropologia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2018

MARCELO, Marlon. **A liberdade se torna festa em um Mundo Velho**: associativismo negro, carnavaís, família e trabalho no pós-abolição em Sabará, Minas Gerais (1896-1945). 2022. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

MARIANO, Agnes Francine de Carvalho. A memória é a matéria essencial das entrevistas: entrevista com José Carlos Sebe Bom Meihy. **Lumina**, Juiz de Fora, v. 14, n. 3, p. 213-226, set./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/28251>. Acesso em: 24 maio 2021.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Pesquisa qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo: Editora Veras, 2003.

MATOS, Júlia Silveira; SENNA, Adriana Kivanski de. História oral como fonte: problemas e métodos. **Historiae**, Rio Grande, v. 2, n. 1, p. 95-108, 2011. Disponível em: <https://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/3264/Hist%c3%b3ria%20oral%20como%20fonte%20-%20problemas%20e%20m%c3%a9todos.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 24 maio 2021.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Memória, história oral e história. **Oralidades**, São Paulo, v. 4, n. 8, p. 179-191, 2010.

MORAES, Renata Figueiredo. A República e as festas da abolição: resistência e liberdade no pós-abolição. **Acervo**, v. 33, n. 1, p. 40-62, 2019. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1523/1437>. Acesso em: 17 ago. 2023.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2006.

NASCIMENTO, Alexandre do. Ubuntu como fundamento. **Ujima: Revista de Estudos Culturais e Afrobrasileiros**, Ano 20, n. 20, p. 1-4, 2014. Disponível em: https://filosofiaafricana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/alexandre_do_nascimento_-_ubuntu_como_fundamento.pdf. Acesso em: 17 ago. 2023.

OLIVEIRA, Mariana. Institucionalização do poder na capitania mineira: apontamentos sobre a interiorização administrativa na Vila do Sabará no século XVIII. **Faces de Clio**, v. 1, n. 1, p. 103-124, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/facesdeclio/article/view/26421/18206>. Acesso em: 17 ago. 2023.

PASSOS, Zoroastro Vianna. **Em torno da história do Sabará**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1942. v.2

PENNA, Rejane Silva; GRAEBIN, Cleusa Maria. Acervos privados: indivíduo, sociedade e História. **Saeculum: Revista de História**, João Pessoa, n. 23, p. 123-133, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/srh/article/view/11524/6621>. Acesso em: ago. 2023.

PETRUCCELLI, José Luis. Doutrinas francesas e o pensamento racial brasileiro, 1870-1930. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 4, n. 2, p. 134-149, 1996. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/98/94>. Acesso em: ago. 2023.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <http://www.pgdef.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf>. Acesso em: ago. 2023.

POPINIGIS, Fabiane et al. Associativismo e experiências negras nas lutas por direitos nos mundos do trabalho. **Revista Latinoamericana de Trabajo y Trabajadores**, n. 2, p. 215-257, myo/oct. 2021. Disponível em: <https://revista.redlatt.org/revlatt/article/download/36/24/106>. Acesso em: ago. 2023.

RAEDERS, George. **O inimigo cordial do Brasil**: o Conde de Gobineau no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

RAMOS, Arthur O espírito Associativo do Negro Brasileiro. **Revista Arquivo Municipal**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 4, p. 103-126, maio 1939.

RAMOS, Arthur. O espírito associativo do negro brasileiro. **Revista do Arquivo Municipal**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 4, p. 103-126, 1938.

REIS, João José. Identidade e diversidades étnicas nas irmandades negras no tempo da escravidão. **Tempo**, Niterói, v. 2, n. 3, p. 7-33, 1996.

RIBEIRO, Jonatas Roque. **Escritos da liberdade**: trajetórias, sociabilidade e instrução no pós- abolição sul-mineiro (1888-1930). 2016. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

RIBEIRO, Jonatas Roque. Espaços de liberdade e autonomia: os clubes negros em Minas Gerais. **Portal Geledés**, 16 jun. 2021. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/espacos-de-liberdade-e-autonomia-os-clubes-negros-em-minas-gerais/>. Acesso em: ago. 2023.

ROCHA, Elaine Pereira. Antes índio que negro. **Dimensões**, n. 18, p. 203-220, out. 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/2444/1940>. Acesso em: ago. 2023.

ROCHA, Elaine Pereira. **Entre a pena e a espada**: a trajetória de Leolinda Daltro 1859-1935: patriotismo, indigenismo, feminismo. Salvador: Uneb, 2005.

ROMERO, Silvio. **História da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943.

SANTOS, Débora. Juntos e misturados: a representação da mestiçagem nos relatos dos viajantes naturalistas Henry Walter Bates e Louis Rodolph Agassiz na Amazônia do século 19. *Das Amazônias*, v. 3, n. 1, p. 28-40, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/amazonicas/article/view/3478/2184>. Acesso em: ago. 2023.

SANTOS, Joel Rufino dos. Movimento negro e crise brasileira. In: SANTOS, Joel Rufino dos; BARBOSA, Wilson do Nascimento. **Atrás do muro da meia noite**: dinâmica das culturas afro-brasileiras. Brasília: Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares, 1994.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. Usos e abusos da mestiçagem e da raça no Brasil: uma história das teorias raciais em finais do século XIX. **Afro-Ásia**, n. 18, p. 77-101, 1996. <https://doi.org/10.9771/aa.v0i18.20901>. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20901/13519>. Acesso em: ago. 2023.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SENNA, Adriana Kivanski de. História oral e ensino: memórias sobre os cursos de história da FURG. In: ENCONTRO REGIONAL SUL DE HISTÓRIA ORAL: NARRATIVAS, FRONTEIRAS E IDENTIDADES, 6, Pelotas, 2011. **[Anais...]**. Pelotas: FURG, 2011. Disponível em: <https://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/3346/Historia%20oral%20e%20ensino.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: ago. 2023.

SILVA, Andreia Rosalina. Associação José do Patrocínio: dimensões educativas do associativismo negro entre 1950 e 1960 em Belo Horizonte-Minas Gerais. 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

SILVA, Jonatas Conceição da. **Vozes quilombolas**: uma poética brasileira. Salvador: EDUFBA, 2004.

SILVA, Lúcia Helena Oliveira; XAVIER, Regina Célia Lima. Historicizando o associativismo negro: contribuições e caminhos da historiografia. **Mundos do Trabalho**,

Florianópolis, v. 11, p. 1-15, 2019. <http://doi.org/10.5007/1984-9222.2019.e67320>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2019.e67320/42101>. Acesso em: ago. 2023.

SILVA, Mário Augusto Medeiros da. Em torno da ideia de associativismo negro em São Paulo (1930-2010). **Revista Sociologia e Antropologia**, v. 11, n. 2, p. 445-473, 2021. <https://doi.org/10.1590/2238-38752021v11n2>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sant/a/M6nZP8GCSQCmDm5hwJTgdzj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: ago. 2023.

SILVA, Mateus Roque da. **Escrita sobre negros: os intelectuais sabarense e os discursos sobre negros no imediato pós-abolição (1888-1894)**. 2019 Monografia (Bacharelado em História) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

SILVA, Valdir Pierote; BARROS, Denise Dias. Método história oral de vida: contribuições para a pesquisa qualitativa em terapia ocupacional. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 21, n. 1, p. 68-73, 2010.

SILVA, Wlamir. Homens de cor! Irmãos!: os pardos na pedagogia liberal-moderada mineira do período regencial. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 31, n. 1, p. 61-77, 2005. <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2005.1.1326>. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/1326/1031>. Acesso em: 31 jul. 2023.

SISTO, C. O conto popular africano: a oralidade que atravessa o tempo, atravessa o mundo, atravessa o homem. **Tabuleiro de Letras**, v. 3, n. 1, 2012. <http://doi.org/10.35499/tl.v3i1.131>. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/tabuleirodeletras/article/view/131/82>. Acesso em: 31 jul. 2023.

SOUSA, Ricardo Alexandre Santos de. A extinção dos brasileiros segundo o conde Gobineau. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 21-34, jan./jun. 2013. Disponível em: https://www.sbhsc.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=993#:~:text=A%20tese%20de%20Gobineau%20era,levando%20essa%20civiliza%C3%A7%C3%A3o%20ao%20decl%C3%ADnio. Acesso em: 31 jul. 2023.

SOUZA, Edinélia Maria Oliveira. Compadrio e sociabilidades na Bahia pós-abolição. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH, 16, 2014, Rio de Janeiro, RJ. **[Anais...]**. Rio de Janeiro: ANPUH, 2014. Disponível em: http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400287410_ARQUIVO_COMPADRIOESOCIABILIDADESNA BAHIAPOS-ABOLICAO.pdf. Acesso em: 31 jul. 2023.

SOUZA, Laura de Mello e. **Norma e conflito: aspectos da história de Minas no século XVIII**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

THOMPSON, Paul. História oral e contemporaneidade. **História Oral**, v. 5, p. 9-28, 2002. <https://doi.org/10.51880/ho.v5i0.47>. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/47/39>. Acesso em: 31 jul. 2023.

VARELLA, Marcelo Dias; PLATIAU, Ana Flávia Barros. Estímulo ao associativismo no Brasil: algumas propostas de políticas públicas. **Revista de Informação Legislativa**, v. 40, n. 159, p. 319-333, jul./set. 2003.